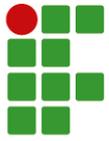




PROJETO PEDAGÓGICO DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO

# INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

## LICENCIATURAS



INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Farroupilha

---

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

SUPERIOR DE  
LICENCIATURA EM  
**MATEMÁTICA**

---

*Campus São Borja*

---

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

SUPERIOR DE

LICENCIATURA EM

**MATEMÁTICA**

---

*Campus São Borja*

Autorizado pela Resolução nº 033, do Conselho Superior, de 09 de setembro de 2011 (retificado pela Resolução nº 045, de 20 de junho de 2013, que aprova a Criação e o Projeto Pedagógico do Curso).

Aprovada a alteração das vagas no Projeto Pedagógico de Curso, pela Resolução nº 074, do Conselho Superior, de 12 de setembro de 2013.

Aprovado o Ajuste Curricular pela Resolução nº 036, do Conselho Superior, de 11 de setembro de 2014.

Reconhecido pela Portaria nº 1035, do Ministério da Educação, de 23 de dezembro de 2015.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA FARROUPILHA



**Michel Temer**

Presidente da República

**Carla Tatiana Zappe**

Diretora Geral do *Campus*

**Mendonça Filho**

Ministro da Educação

**Taniamara Vizotto Chaves**

Diretora de Ensino do *Campus*

**Eline Neves Braga Nascimento**

Secretário da Educação Profissional  
e Tecnológica

**Rafael Baldiati Parizi**

Coordenadora Geral de Ensino  
do *Campus*

**Carla Comerlato Jardim**

Reitora do Instituto Federal Farroupilha

**Odair Menuzzi**

Coordenador do Curso

**Edison Gonzague Brito da Silva**

Pró-Reitor de Ensino

**Equipe de Elaboração**

Frank Jonis Flores de Almeida  
Cristiane Ludwig  
Cristiane da Silva Stamberg

**Raquel Lunardi**

Pró-Reitora de Extensão

**Colaboração Técnica**

Núcleo Pedagógico do *Campus* São Borja  
Assessoria Pedagógica da PROEN

**Arthur Frantz**

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação  
e Inovação

**Nídia Heringer**

Pró-Reitora de Desenvolvimento  
Institucional

**Vanderlei José Pettenon**

Pró-Reitora de Administração

## SUMÁRIO

1.	Detalhamento do curso.....	8
2.	Contexto educacional .....	8
2.1.	Histórico da Instituição .....	8
2.2.	Justificativa de oferta do curso .....	9
2.3.	Objetivos do Curso.....	10
2.3.1.	Objetivo Geral .....	10
2.3.2.	Objetivos Específicos .....	10
2.4.	Requisitos e formas de acesso.....	11
3.	Políticas institucionais no âmbito do curso .....	11
3.1.	Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão .....	11
3.2.	Políticas de Apoio ao discente .....	12
3.2.1.	Assistência Estudantil.....	12
3.2.2.	Núcleo Pedagógico Integrado (NPI).....	13
3.2.3.	Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social.....	13
3.2.4.	Atividades de Nivelamento .....	14
3.2.5.	Mobilidade Acadêmica .....	14
3.2.6.	Educação Inclusiva .....	14
3.2.6.1.	Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) ..	15
3.2.6.2.	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) .....	16
3.2.6.3.	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).....	17
3.3.	Programa Permanência e Êxito.....	17
3.3.1.	Acompanhamento de Egressos.....	17
4.	Organização didático-pedagógica.....	18
4.1.	Perfil do Egresso.....	18
4.1.1.	Áreas de atuação do Egresso .....	19
4.2.	Metodologia.....	19
4.3.	Organização curricular .....	20
4.4.	Matriz Curricular .....	22
4.4.1.	Pré-Requisitos .....	25
4.5.	Representação gráfica do perfil de formação.....	26

4.6.	Prática Profissional.....	27
4.6.1.	Prática enquanto Componente Curricular - PeCC.....	27
4.6.2.	Estágio Curricular Supervisionado .....	27
4.7.	Atividades Acadêmico-científico-culturais.....	28
4.8.	Disciplinas Eletivas .....	30
4.9.	Avaliação .....	30
4.9.1.	Avaliação da Aprendizagem.....	30
4.9.2.	Autoavaliação Institucional.....	30
4.9.3.	Avaliação do Curso.....	31
4.10.	Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores .....	31
4.11.	Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores ....	32
4.12.	Expedição de Diploma .....	32
4.13.	Ementário.....	33
4.13.1.	Componentes curriculares obrigatórios .....	33
4.13.2.	Componentes curriculares eletivos .....	54
4.13.2.1.	Eletivas Pedagógicas .....	54
4.13.2.2.	Eletivas Específicas.....	56
5.	Corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação.....	58
5.1.	Corpo Docente .....	58
5.1.1.	Atribuições do Coordenador.....	59
5.1.2.	Colegiado do Curso .....	59
5.1.2.1.	Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	59
5.2.	Corpo Técnico Administrativo em Educação .....	61
5.3.	Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação.....	63
6.	Instalações físicas.....	63
6.1.	Biblioteca .....	63
6.2.	Áreas de ensino específicas .....	64
6.3.	Área de esporte e convivência.....	66
6.4.	Área de atendimento ao discente .....	66
7.	Referências .....	66
8.	Anexos.....	68



## 1. Detalhamento do curso

**Denominação do Curso:** Curso Superior de Licenciatura em Matemática

**Grau:** Licenciatura

**Modalidade:** presencial

**Área de conhecimento:** Ciências Exatas e da Terra

**Ato de Criação do curso:** Resolução nº 33/2011 do Conselho Superior, de 09 de setembro de 2011 (retificada pela Resolução nº 45/2013, de 20 de junho de 2013, que aprova a Criação e o Projeto Pedagógico do Curso).

**Quantidade de Vagas:** 30

**Turno de oferta:** noturno

**Regime Letivo:** semestral

**Regime de Matrícula:** por componente curricular

**Carga horária total do curso:** 3376 horas

**Carga horária de estágio:** 400 horas

**Carga horária de PeCC (Prática enquanto Componente Curricular):** 400 horas

**Carga horária de ACC:** 200 horas

**Tempo de duração do Curso:** 4 anos (8 semestres)

**Tempo máximo para Integralização Curricular:** 7 anos (14 semestres)

**Periodicidade de oferta:** anual

**Local de Funcionamento:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus* São Borja - Rua Otaviano Castilho Mendes, nº 355 – Bairro Pirahy - CEP 97670-000 - São Borja - Rio Grande do Sul/RS

**Coordenador do Curso:** Odair Menuzzi

**Contato do Coordenador:** odair.menzuzi@iffarroupilha.edu.br

## 2. Contexto educacional

### 2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha) foi criado a partir da Lei nº 11.892/2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IF Farroupilha teve na sua origem quatro *Campi*: *Campus* São Vicente do Sul, *Campus* Júlio de Castilhos, *Campus* Alegrete e *Campus* Santo Augusto.

No ano de 2010, o IF Farroupilha expandiu-se com a criação do *Campus* Panambi, *Campus* Santa Rosa e *Campus* São Borja; no ano de 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em *Campus*, em 2013, com a criação do *Campus* Santo Ângelo e com a implantação do *Campus* Avançado de Uruguaiana. Em 2014, foi incorporado ao IF Farroupilha o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a chamar *Campus* Frederico Westphalen, além de oito Centros de Referência: Candelária, Carazinho, Não-Me-Toque, Quaraí, Rosário do Sul, Santiago, São Gabriel e Três Passos. Assim, o IF Farroupilha constituiu-se por dez *Campi* e um *Campus* Avançado, em que ofertam cursos de formação inicial e

continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Além desses *campi*, o IF Farroupilha atua em 30 cidades do Estado, em que oferta cursos técnicos na modalidade de ensino a distância.

A sede do IF Farroupilha, a Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os *campi*. Enquanto autarquia, o IF Farroupilha possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadas e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Com essa abrangência, o IF Farroupilha visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltados para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação

profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

O Campus São Borja foi criado a partir do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase II, e vem preencher um vazio regional de ensino técnico, que contribuirá no desenvolvimento da região e no estancamento do êxodo dos jovens da região que partem em busca de oportunidades de profissionalização em outras regiões do estado e do país.

Em um cenário de uma economia baseada em grandes estâncias, com a pecuária extensiva, uma agricultura que tem o arroz como produto de maior expressão, e com a mecanização da área agrícola cada vez maior, tendo como consequência a ocupação cada vez menor de trabalhadores no campo e com maior qualificação, o setor de serviços é que vem gerando uma grande demanda de pessoas, que devem atender às exigências de qualificação desse mercado.

Com o propósito de fortalecer o grande potencial de desenvolvimento do município e da região, o Campus São Borja oferece cursos relacionados aos Eixos Tecnológicos 'Informação e Comunicação' e 'Turismo, Hospitalidade e Lazer', visando proporcionar à comunidade uma qualificação de qualidade nas áreas de tecnologia e serviços.

Tendo inicialmente ofertado cursos técnicos e de formação inicial e continuada, atualmente o Campus também possui cursos de licenciatura, superiores de tecnologia e bacharelado, de pós-graduação e de formação vinculados aos programas federais, como o PROEJA-FIC, o Mulheres Mil e o Pronatec, com um número aproximado de 1700 alunos matriculados no ano de 2014, nas modalidades presencial e a distância.

O presente Projeto Pedagógico de Curso se origina a partir do novo contexto social, político e cultural em que estamos inseridos. Considerando que vivemos num país em que os índices educacionais alarmantes convivem com os avanços tecnológicos, refletir sobre a formação inicial e continuada do profissional que atua diretamente na esfera educacional torna-se uma exigência contínua da racionalidade técnica em busca de caminhos de superação das contradições de nossa sociedade.

Em especial, a contribuição da Matemática deve se dar no entendimento não apenas de fenômenos e signos próprios de sua natureza, mas também conectando o conhecimento do mundo da Matemática com os outros campos de conhecimento que perpassam e se entrecruzam nas disciplinas da Educação

Básica, é essencial para alcançar uma educação plena e voltada para ciência, tecnologia e sociedade.

## 2.2. Justificativa de oferta do curso

O presente projeto busca a formação de profissionais com um perfil diferenciado, pautado no equilíbrio entre o conhecimento específico e as práticas escolares. Essa formação respeita os campos de conhecimento academicamente e visualiza os estudantes como futuros professores. Por isso, estabelece articulações entre os saberes específicos, os cotidianos, os científicos e os saberes dos estudantes.

Visando a todos esses objetivos, o IF Farroupilha – Campus São Borja, fundamentado em dispositivos da Lei nº 9394, de 16/12/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), da Lei de Criação dos Institutos Federais, Lei nº 11892/2008, que preconiza a oferta de 20% das vagas dos Institutos Federais em cursos de licenciatura, e das normativas pertinentes à área, propõe o Curso de Licenciatura em Matemática.

Um dos motivos pelos quais se optou por oferecer o Curso de Licenciatura em Matemática na cidade de São Borja é o de que não há profissionais suficientes com tal qualificação para atender a demanda da rede pública e privada do município e região (Itaqui, Guarruchos e Maçambará), segundo a 35ª Coordenadoria Regional de Educação e a Secretaria Municipal de Educação de São Borja. Outro aspecto a se considerar é a extinção da oferta de cursos superiores na área das ciências naturais e exatas pelas universidades privadas e comunitárias da região, aumentando assim a urgência em atender a demanda formativa nesta área do conhecimento. Nesse sentido, uma das metas presente no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Farroupilha – Campus São Borja é ofertar Cursos de Formação de Professores para a educação básica, atendendo, assim, as necessidades locais.

Cabe destacar o processo de verticalização, previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Farroupilha, que poderá ser proporcionado pelo Curso de Licenciatura em Matemática, por constituir-se em uma oportunidade para os alunos egressos dos cursos técnicos do próprio IF Farroupilha darem continuidade aos seus estudos em cursos superiores.

O curso pretende formar docentes em nível superior para atuarem no Ensino Fundamental e Médio, como professores de Matemática, bem como em todos os níveis e modalidades que essa disciplina se faz presente. Sendo assim, o licenciado em Matemática

tica deverá estar apto a também atuar em Escolas Técnicas e na Educação de Jovens e Adultos, aproveitando-se o próprio espaço formativo para interagir com os elementos teórico-práticos que constituem a formação do professor Licenciado em Matemática, propiciado pelas práticas pedagógicas integradas que compõem a matriz curricular proposta para o curso.

Assim, esse projeto pedagógico apresenta uma proposta de um curso de Licenciatura em Matemática que atende as exigências do Parecer CNE/CES nº 1.302/2001 e da Resolução CNE/CES nº 3/2003, os quais estabelecem as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Matemática, bem como da Resolução CNE/CP 02/2015 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica.

Destacam-se como um documento norteador do presente projeto pedagógico as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, que instituíram, a partir de 2002, em nível superior, o Curso de Licenciatura, de graduação plena, através da Resolução CNE/CP nº 01, de 18/02/2002, que “constituem os princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica”.

Neste documento, um novo enfoque para a formação de professores no Brasil é introduzido com os fundamentos e princípios orientadores apontados no Parecer CNE/CP nº 009/2001. Entre eles, a concepção de competência como núcleo central na orientação do curso de formação inicial; a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor através do entendimento das concepções de aprendizagem, conteúdo, avaliação e pesquisa como elementos essenciais na formação profissional do professor.

As diretrizes estabelecem, de modo geral, a seleção dos conteúdos, sua articulação com as didáticas específicas e o desenvolvimento das competências referentes ao “comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática”; “à compreensão do papel social da escola”; “ao domínio dos conteúdos a serem socializados”; “ao domínio do conhecimento pedagógico”; “ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica”; “ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.” O parecer estabelece, ainda, diretrizes para a organização da matriz curricular através de vários eixos articuladores: disciplinaridade e interdisciplinaridade; for-

mação comum e formação específica; conhecimentos a serem ensinados; conhecimentos educacionais e pedagógicos (transposição didática) e dimensões teóricas e práticas.

Ressalta-se a importância das contribuições da comunidade escolar como um todo do IF Farroupilha – Campus São Borja, docentes, técnicos administrativos em educação, representações do corpo discente, entre outros parceiros, como Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 35ª Coordenadoria Regional de Educação, para a construção deste projeto pedagógico. Estes segmentos estiveram representados em várias reuniões, encontros, conversas informais, fazendo-se desta forma verdadeiros co-autores das projeções para a criação de cursos de licenciaturas no IF Farroupilha – Campus São Borja.

## 2.3. Objetivos do Curso

### 2.3.1. Objetivo Geral

O curso de Licenciatura em Matemática tem como objetivo geral formar profissionais qualificados capazes de atuar na Educação Básica e em outros espaços educativos, formais ou informais, bem como de prosseguirem seus estudos na pós-graduação, possibilitando a formação de cidadãos com embasamento teórico-metodológico e de futuros professores com capacidade de posicionarem-se de maneira crítica, criativa, responsável, construtiva e autônoma no processo escolar e social.

### 2.3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- Contribuir para a inserção no mercado de trabalho de profissionais Licenciados em Matemática para a educação de cidadãos capazes de conhecer, analisar, detectar e propor alternativas para a melhoria das condições de educação da região;
- Capacitar os alunos para desenvolverem projetos educacionais, bem como experimentos e modelos teóricos pertinentes à sua atuação;
- Construir ferramentas de valor pedagógico no domínio e uso da Matemática, Informática, História e Filosofia das Ciências, e de disciplinas complementares à sua formação;
- Despertar no aluno o comportamento ético e o exercício coletivo de sua atividade, levando em conta as relações com outros profissionais e outras áreas de conhecimento, tanto no cará-

ter interdisciplinar como multidisciplinar ou transdisciplinar;

- Formar profissionais de nível superior abertos ao diálogo, ao aperfeiçoamento contínuo e de perfil investigativo;
- Promover no aluno o processo de construção das relações homem–mundo presentes no tripé Ciência–Tecnologia–Sociedade, na evolução histórico- transformadora do conhecimento científico e tecnológico.

## 2.4. Requisitos e formas de acesso

Para ingresso no curso de Licenciatura Matemática – Campus São Borja é necessário ter concluído o Ensino Médio e ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), o Enem foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009, passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior de graduação, através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que é um sistema informatizado gerenciado pelo MEC no qual as instituições públicas de Ensino Superior oferecem suas vagas.

O Processo Seletivo do SiSU é realizado duas vezes ao ano, entretanto o IF Farroupilha optou por ofertar vagas sempre no primeiro semestre de cada ano, tendo em vista a periodicidade anual de oferta de vagas dos seus cursos superiores de graduação. A inscrição dos candidatos no SiSU, para os cursos superiores de graduação do IF Farroupilha, é gratuita e ocorre no início do primeiro semestre letivo, sempre pela internet. A cada edição do SiSU, as IES ofertam suas vagas e os candidatos mais bem classificados são selecionados para ingresso. Do total de vagas, 5% são destinadas para Pessoas com Deficiência (PD), conforme o Decreto nº 3298/90.

A seleção para ingresso nos cursos superiores de graduação do IF Farroupilha, em consonância com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, com o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, com a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, reserva, no mínimo, 50% das vagas para candidatos oriundos de escola pública, assim distribuídas:

- candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita ( $EP \leq 1,5$ );

- candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos (PRE), pardos (PAR) ou indígenas (IND), conforme dados do IBGE;
- candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita ( $EP > 1,5$ );
- candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos (PRE), pardos (PAR) ou indígenas (IND), conforme dados do IBGE;

O IF Farroupilha possui, ainda, a reserva de vagas para Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública Rural (EPR), e as demais vagas são destinadas para a Ampla Concorrência. Em caso de vaga ociosa no curso, decorrente de evasão ou transferência, o IF Farroupilha abrirá Edital para transferência e/ou para Portadores de Diploma.

## 3. Políticas institucionais no âmbito do curso

### 3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Curso de Licenciatura em Matemática estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Farroupilha, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso.

O ensino proporcionado pelo IF Farroupilha é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto Político Pedagógico Institucional e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da

interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

Além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, a instituição oferece o financiamento a Projetos de Ensino através do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN), com vistas ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, nos quais os alunos participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público alvo ou ainda visando aprofundar seus conhecimentos.

As ações de pesquisa do IF Farroupilha constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas as seguintes ações: apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

O IF Farroupilha possui um Programa Institucional de Pesquisa, que prevê o Processo Seletivo de Cadastro e Aprovação de Projetos de Pesquisa – Boas Ideias, o qual aprova e classifica os projetos; Mentores Brilhantes, que disponibiliza taxa de bancada para custear o projeto e Jovens Cientistas, que oferece bolsa para alunos, além de participar de editais do CNPq (PIBIC-AF, PIBIC, PIBIC-EM; PIBITI), da Capes (Jovens talentos para a Ciência) e da FAPERGS (PROBITI, PROBIC). No mesmo enfoque, há o Programa Institucional de Incentivo à Produtividade em Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha, que oferece bolsa de pesquisador para os docentes.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o IF Farroupilha e a sociedade e tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

O Instituto possui o programa institucional de incentivo à extensão (PIEX), no qual os estudantes podem auxiliar os coordenadores na elaboração e execução destes projetos. Os trabalhos de pesquisas e extensão desenvolvidos pelos acadêmicos podem ser apresentados na Mostra Acadêmica Integrada do Campus e na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica promovida por todos os *Campi* do Instituto, além disso, é dado incentivo a participação de eventos, como Congressos, Seminários entre outros, que estejam relacionados a área de atuação dos mesmos.

Os estudantes do curso de Licenciatura em Matemática são estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normativa prevista neste PPC.

### 3.2. Políticas de Apoio ao discente

Nos tópicos abaixo estão descritas as políticas do IF Farroupilha voltadas ao apoio aos discentes, destacando-se as políticas de assistência aos estudantes, apoio pedagógico, psicológico e social, oportunidades para mobilidade acadêmica e educação inclusiva.

#### 3.2.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IF Farroupilha é uma Política de Ações, que têm como objetivos garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação de seus alunos no espaço escolar. A Instituição, atendendo o Decreto nº7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou por meio da Resolução nº12/2012 a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e projetos desenvolvidos nos seus campus.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IF Farroupilha e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio à Permanência; Programa de Apoio Didático-Pedagógico, entre outros.

Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência, auxílio transporte, auxílio às atividades extracurriculares remuneradas, auxílio alimentação) e, em alguns *campi*, moradia estudantil.

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações, é concebida como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada *Campus* para este fim.

Para o desenvolvimento destas ações, cada *Campus* do Instituto Federal Farroupilha possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, sucesso e participação dos alunos no espaço escolar,

A CAE do *Campus* São Borja é composta por uma equipe com os seguintes profissionais: Coordenadora do Setor; quatro assistentes de alunos, uma assistente social, uma psicóloga, uma nutricionista, uma técnica em enfermagem, uma enfermeira, uma odontóloga e um médico. Oferece, em sua infraestrutura, refeitório e espaço de convivência e entretenimento.

### 3.2.2. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)

O Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) é um órgão estratégico de planejamento, apoio e assessoramento didático-pedagógico, vinculado à Direção de Ensino do *Campus*, ao qual cabe auxiliar no desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e na Gestão de Ensino do *Campus*, comprometido com a realização de um trabalho voltado às ações de ensino e aprendizagem, em especial no acompanhamento didático-pedagógico, oportunizando, assim, melhorias na aprendizagem dos estudantes e na formação continuada dos docentes e técnico-administrativos em educação.

O NPI é constituído por servidores que se inter-relacionam na atuação e operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino e aprendizagem na instituição. Tendo como membros natos os servidores no exercício dos seguintes cargos e/ou funções: Diretor (a) de Ensino; Coordenador (a) Geral de Ensino; Pedagogo(o); Responsável pela Assistência Estudantil no *Campus*; Técnico(s) em Assuntos Educacionais lotado(s) na Direção de Ensino. Além dos membros citados poderão ser convidados para compor o Núcleo Pedagógico Integrado, como membros titulares, outros servidores efetivos do *Campus*.

A finalidade do NPI é proporcionar estratégias, subsídios, informações e assessoramento aos docentes, técnico-administrativos em educação, educandos, pais e responsáveis legais, para que possam acolher, entre diversos itinerários e opções, aquele mais adequado enquanto projeto educacional da instituição e que proporcione meios para a formação integral, cognitiva, inter e intrapessoal e a inserção profissional, social e cultural dos estudantes.

Além do mais, a constituição desse núcleo tem como objetivo, promover o planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão das atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais.

O envolvimento do NPI abrange em seu trabalho a elaboração, reestruturação e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o desenvolvimento de atividades voltadas à discussão, orientação, elaboração e garantia de execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em todos os níveis e modalidades ofertados no *Campus*, a divulgação e orientação sobre novos saberes, legislações da educação e ensino técnico e tecnológico, na prevenção de dificuldades que possam interferir no bom inter-relacionamento entre todos os integrantes das comunidades educativas do *Campus*. garantir a comunicação clara, ágil e eficiente entre os envolvidos nas ações de ensino e aprendizagem, para efetivar a coerência e otimizar os resultados, como também demais objetivos e atividades que venham ao encontro a garantia da qualidade de ensino que esteja relacionado com a finalidade e objetivos do NPI de cada *Campus*.

### 3.2.3. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social

O IF Farroupilha – *Campus* São Borja possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pe-

dagógico, psicológico e social dos estudantes, tais como: psicólogo, pedagogo, educador especial, assistente social, técnico em assuntos educacionais e assistente de alunos.

A partir do organograma institucional estes profissionais atuam em setores como: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) e Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), os quais desenvolvem ações que tem como foco o atendimento ao discente.

O atendimento pedagógico, psicológico e social dos estudantes compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo.

Os estudantes com necessidade especiais de aprendizagem terão atendimento educacional especializado pelo Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que visa oferecer suporte ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades destes sujeitos.

O *Campus* São Borja possui um Setor de Saúde que oferece gratuitamente ao aluno atendimento médico, de Enfermagem, Psicologia e Odontologia.

### 3.2.4. Atividades de Nivelamento

Entende-se por nivelamento o desenvolvimento de atividades formativas que visem recuperar conhecimentos que são essenciais para o que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Tais atividades serão asseguradas ao discente, por meio de:

- a. disciplinas de formação básica, na área do curso, previstas no próprio currículo do curso, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo;
- b. projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do Programa Institucional de Projetos de Ensino, voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos superiores;
- c. programas de educação tutorial, que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de

um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;

- d. demais atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

O Nivelamento é desenvolvido pelos professores através de projetos extraclasse, como atendimento em horário diferenciado, leitura de textos, participação em monitorias com colegas em nível avançado dentro do curso, entre outros.

### 3.2.5. Mobilidade Acadêmica

O IF Farroupilha mantém programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou através da adesão a Programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas no Regulamento aprovado pela Resolução nº 012/2014, do Conselho Superior do IF Farroupilha.

### 3.2.6. Educação Inclusiva

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O Instituto Federal Farroupilha priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

- I. pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, bem como Transtorno do Espectro Autista, promovendo sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais;
- II. gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do

conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política;

- III. diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional;
- IV. oferta educacional voltada às necessidades das comunidades do campo: medidas de adequação da escola à vida no campo, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e produtiva, de modo a conciliar tais atividades com a formação acadêmica;
- V. situação socioeconômica: adotar medidas para promover a equidade de condições aos sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica.

Para a efetivação das ações inclusivas, o IF Farroupilha constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas:

- I. à preparação para o acesso;
- II. a condições para o ingresso;
- III. à permanência e conclusão com sucesso;
- IV. ao acompanhamento dos egressos.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o *Campus São Borja* conta com a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), que constitui os Núcleos Inclusivos de Apoio aos Estudantes (NAE), Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).

Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos – NEAMA do IF Farroupilha. (Resolução CONSUP nº 033/2014), que tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático/pedagógicos acessíveis aos estudantes e servidores com deficiência visual incluídos na Instituição. Os materiais produzidos podem ser tanto em Braille quanto em formato acessível, para aqueles que utilizam leitor de tela. O NEAMA realizará as adaptações solicitadas pelos campi de acordo com as prioridades previstas em sua Resolução, quais sejam: Planos de Ensino, Apostilas completas de disciplinas, Avaliações, Exercícios, Atividades de orientação, Bibliografias Básicas das disciplinas, Documentos Institucionais, seguindo uma

metodologia que depende diretamente da quantidade e qualidade dos materiais enviados, tais como: figuras, gráficos, fórmulas e outros de maior complexidade. A prioridade no atendimento será dada aos campi que possuem estudantes com deficiência visual e nos quais não há profissionais habilitados para atendê-los, procurando assegurar assim, as condições de acesso, permanência e formação qualificada dos estudantes incluídos no IF Farroupilha.

### 3.2.6.1. Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE)

O Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais do Instituto Federal Farroupilha, instituído pela Portaria nº 14/2010 dessa instituição, é setor deliberativo, vinculado à Coordenação de Ações Inclusivas, e tem por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de garantir a inclusão no IF Farroupilha.

Nesse sentido, são atribuições do NAPNE:

- Promover a implantação e consolidação de políticas inclusivas no IF Farroupilha;
- Buscar minimizar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais enfrentadas pela comunidade acadêmica;
- Orientar os docentes quanto às adaptações de materiais didático-pedagógicos para as disciplinas;
- Acompanhar o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os alunos incluídos, conjuntamente com os docentes, a fim de realizar as adaptações necessárias;
- Promover cursos de formação continuada à comunidade acadêmica sobre assuntos relacionados à inclusão;
- Acompanhar e orientar individualmente os discentes com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Atender às pessoas com deficiência do *campus* com vistas a maximizar suas potencialidades;
- Articular os diversos setores da instituição buscando estimular a inclusão das pessoas com deficiência;
- Sinalizar prioridades de ações, aquisição de equipamentos, softwares e materiais didático-pedagógicos a serem utilizados

nas práticas educativas voltadas aos alunos incluídos;

- Atuar em consonância com o Núcleo Pedagógico Integrado, no intuito de garantir processos de ensino qualificados aos educandos com deficiência;
- Participar e/ou implementar atividades de pesquisa, ensino e extensão com foco na educação inclusiva;
- Auxiliar nos processos seletivos do IF Farroupilha buscando garantir acessibilidade dos candidatos;
- Zelar pelas condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos pelos alunos da instituição;
- Estabelecer processo de registro sistemático quanto ao acompanhamento realizado aos alunos com deficiência;
- Trabalhar de forma articulada com a CAI e demais setores inclusivos do *campus*.

O Núcleo de Atendimento a pessoas com necessidades especiais é o setor que articula as ações inclusivas no âmbito do *Campus São Borja*, tendo como principal objetivo formar na instituição uma cultura da educação para a convivência e o respeito à diversidade. Nesse sentido, realiza o acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais, organiza adaptações curriculares e assessora os docentes no encaminhamento das atividades adaptadas em sala de aula e nos demais espaços do *Campus*.

No *Campus São Borja*, o NAPNE atua em uma sala própria e conta com Presidente e vice-presidente, membros dos segmentos discente, docente e técnico administrativo e duas bolsistas que atuam no atendimento ao público e aos alunos que necessitam de atendimento individualizado juntamente com os profissionais da área. Ainda, é possibilitado aos discentes a integração às atividades do núcleo como monitores.

Tendo em vista o acesso significativo de estudantes que fazem parte do público-alvo da Educação Especial nos diferentes níveis e modalidades de Educação no IF Farroupilha, e considerando o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei nº 12.764/12, essa instituição implementou o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Regulamento do AEE no IF Farroupilha (Resolução nº 015/15) define como alunado desse atendimento os estudantes com deficiência, com transtorno do espectro do autismo, que apresentam altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento, seguindo as indicações da Polí-

tica Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Trata-se de um serviço oferecido no turno oposto ao turno de oferta regular do estudante, no qual um profissional com formação específica na área desenvolve atividades de complementação e suplementação dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula comum. Esse atendimento é realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais e prevê, além do uso de recursos diferenciados, orientações aos professores.

### 3.2.6.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal Farroupilha, instituído com a Resolução nº 23/2010 desse instituto, tem a finalidade de implementar as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

No intuito de consolidar esses objetivos, são atribuições do NEABI:

- Elaborar, desenvolver e implementar atividades de pesquisa, ensino e extensão acerca das políticas afirmativas;
- Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE;
- Divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo núcleo em eventos científicos;
- Atuar em consonância com o Núcleo Pedagógico Integrado, no intuito de garantir processos de ensino qualificados aos educandos pretos, pardos e indígenas;
- Estimular a qualificação dos processos de ensino, pesquisa e extensão no que tange aos educandos pretos, pardos e indígenas;
- Estimular o desenvolvimentos de ações de ensino, pesquisa e extensão que primem pela inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena;
- Divulgar os processos seletivos em reservas indígenas e contextos de prevalências de quilombolas e ou demais pessoas afro-brasileiras;
- Estabelecer processo de registro sistemático quanto ao acompanhamento realizado aos alunos incluídos pelas políticas afirmativas.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do *Campus São Borja* desenvolve atividades e ações educativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões étnico-raciais, através de deba-

tes, reflexões, seminários que visem a valorização da diversidade na construção histórica e cultural do País.

### 3.2.6.3. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)

As questões de gênero e diversidade sexual estão presentes nos currículos espaços, normas, ritos, rotinas e práticas pedagógicas das instituições de ensino. Não raro, as pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz sexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino e aprendizagem. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade obrigatória e as normas de gênero tornam-se o baluarte da heteronormatividade e da dualidade homem e mulher. As instituições de ensino acabam por se empenhar na reafirmação e no êxito dos processos de incorporação das normas de gênero e da heterossexualização compulsória.

Com intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre a diferença, mais especificamente sobre gênero e heteronormatividade, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), considerando os documentos institucionais, tais como a Política de Diversidade e Inclusão do IF Farroupilha e a Instrução Normativa nº 03, de 02 de Junho 2015, que dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito do IF Farroupilha, tem como objetivo proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual, na comunidade interna e externa, viabilizando a construção de novos conceitos de gênero e diversidade sexual, rompendo barreiras educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação.

O NUGEDIS do Campus São Borja foi criado em 2016 e conta com presidente, vice-presidente, membros dos segmentos docente e técnico administrativo e membros consultivos ligados à comunidade. A criação do núcleo, em São Borja, consolidou uma prática de ações relativas às temáticas de gênero e diversidade sexual que já vinha ocorrendo desde 2015 por meio de projetos, intervenções e eventos envolvendo a comunidade acadêmica e são-borjense.

O núcleo tem pautado suas ações na necessidade de entendimento e consequente desconstrução das discursividades marcadas pelas normas de gênero e pela heteronormatividade, buscando atingir, pensando

especificamente na Licenciatura em Matemática, futuros profissionais da educação que terão o desafio de promover a inclusão de todos os sujeitos.

## 3.3. Programa Permanência e Êxito

Em 2014, o IF Farroupilha implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IF Farroupilha e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IF Farroupilha institui em seus *campi* ações, como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos campi; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IF Farroupilha trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010).

### 3.3.1. Acompanhamento de Egressos

O IF Farroupilha concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade.

Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

No curso de Licenciatura em Matemática, são pensadas ações de acompanhamento dos egressos visando a verificação da inserção dos alunos na rede de ensino local/regional, bem como o avanço nos estudos posteriores.

O acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de curso superior.

## 4. Organização didático-pedagógica

### 4.1. Perfil do Egresso

O egresso do curso de Licenciatura em Matemática é um profissional capaz de entender os diferentes mecanismos cognitivos utilizados no processo ensino-aprendizagem de Matemática e as variáveis didáticas envolvidas em tal processo. São professores agentes da transformação em sua escola, sendo capazes de questionar estratégias e ensino, investigando novas alternativas para um melhor desempenho de seus alunos. É um profissional capaz de estabelecer diálogos entre os conhecimentos específicos de sua área de atuação, articulando-o com outros campos do conhecimento, fazendo conexões com o processo de vivência que geram a aprendizagem e incrementam sua prática pedagógica.

De acordo com o Parecer CNE/CES nº 1302/ 2001, deseja-se as seguintes características do Licenciado em Matemática:

- visão de seu papel social de educador e capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos;
- visão da contribuição que a aprendizagem da Matemática pode oferecer a formação dos indivíduos para o exercício de sua cidadania;
- visão de que o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos, e consciência de seu papel na superação de preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição, que muitas vezes ainda estão presentes no ensino aprendizagem da disciplina.

O currículo do curso de Licenciatura em Matemática do IF Farroupilha, de acordo com a CNE/CES nº 1.302/2001, de forma geral, busca desenvolver as seguintes competências e habilidades do egresso:

- a. capacidade de expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão;
- b. capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares;
- c. capacidade de compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas;
- d. capacidade de aprendizagem continuada, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento;
- e. habilidade de identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação, utilizando rigor lógico-científico na análise da situação-problema;
- f. estabelecer relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento;
- g. conhecimento de questões contemporâneas;
- h. educação abrangente necessária ao entendimento do impacto das soluções encontradas num contexto global e social;
- i. participar de programas de formação continuada;
- j. realizar estudos de pós-graduação;
- k. trabalhar na interface da Matemática com outros campos de saber.

No que se refere às competências e habilidades próprias do educador matemático, o licenciado em Matemática deverá ter as capacidades de:

- a. elaborar propostas de ensino-aprendizagem de Matemática para a educação básica;
- b. analisar, selecionar e produzir materiais didáticos;
- c. analisar criticamente propostas curriculares de Matemática para a educação básica;
- d. desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos, buscando trabalhar com mais ênfase nos conceitos do que nas técnicas, fórmulas e algoritmos;
- e. perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente;

- f. contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica.

O profissional formado no curso de Licenciatura em Matemática poderá atuar na área de Matemática na Educação Básica, tanto em instituições públicas quanto particulares, atendendo à enorme necessidade de professores para a referida disciplina. O licenciado também estará apto a prosseguir seus estudos em cursos de pós-graduação.

#### 4.1.1. Áreas de atuação do Egresso

O egresso do Curso de Licenciatura em Matemática estará apto para atuar no ensino médio e nas séries finais do ensino fundamental, nas diferentes modalidades de ensino, de forma crítica e consolidada através da base específica e pedagógica oferecida a ele no decorrer do curso, cumprindo com o principal objetivo da criação do curso de Licenciatura em Matemática. Além disso, o egresso também poderá seguir estudos posteriores, em cursos de pós-graduação.

#### 4.2. Metodologia

Os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Matemática são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado em Matemática através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando assim que o futuro professor esteja preparado para apresentar os conteúdos disciplinares relacionados com a Matemática de forma didática, pedagogicamente apropriada e, ainda, hábil a prosseguir seus estudos.

A presença de componentes curriculares do Núcleo Específico, Núcleo Pedagógico e Núcleo Básico asseguram que a formação do Licenciado em Matemática do Instituto Federal Farroupilha aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das disciplinas de Práticas de Ensino de Matemática.

Neste sentido, as disciplinas de Prática perpassam todo o currículo do curso desde o primeiro até o último semestre. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade assegurada por meio de normativa interna do Instituto que prevê o desenvolvimento das disciplinas de Práticas de forma colaborativa entre os professores através de um projeto interdisciplinar a ser elabora-

do no início de cada período letivo pelo colegiado do Curso.

O desenvolvimento do projeto se dará por meio da escolha de uma temática interdisciplinar a ser trabalhada e de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento do mesmo. As estratégias a serem desenvolvidas são as seguintes:

- Grupos de estudo que permitam o trabalho coletivo e colaborativo entre os acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática com enfoque no trabalho docente efetivo;
- Construção de materiais didáticos que permitam instrumentar os acadêmicos para o exercício da prática docente;
- Estudo e análise de materiais didáticos relacionados ao Ensino de Matemática, tais como projetos de ensino, livros didáticos e outros materiais instrucionais;
- Discussão e análise de programas escolares relacionados à disciplina de Matemática a luz de teorias educacionais de aprendizagem;

Além disso, a flexibilidade no Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Farroupilha está também assegurada por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, a flexibilidade curricular possibilita o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, que tenham como enfoque as vivências da aprendizagem para capacitar e para a inserção no mundo do trabalho. Neste sentido, estão previstas as seguintes estratégias:

- Projetos interdisciplinares capazes de integrar áreas de conhecimento, de apresentar resultados práticos e objetivos e que tenham sido propostos pelo coletivo envolvido no projeto;
- Implementação sistemática, permanente e/ou eventual de cursos de pequena duração, seminários, fóruns, palestras e outros que articulem os currículos a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis;
- Flexibilização de conteúdos por meio da criação de disciplinas e outros mecanismos de organização de estudos que contemplem conhecimentos relevantes, capazes de responder a demandas pontuais e de grande valor para comunidade interna e externa;
- Previsão de tempo (horas aulas) capaz de viabilizar a construção de trajetórias curriculares por meio do envolvimento em eventos, proje-

tos de pesquisa e extensão, disciplinas optativas e outras possibilidades;

- Previsão de espaços para reflexão e construção de ações coletivas, que atendam a demandas específicas de áreas, cursos, campus e Instituição, tais como fóruns, debates, grupos de estudo e similares;
- Oferta de intercâmbio entre estudantes de diferentes campi, Institutos e instituições educacionais considerando a equivalência de estudos.

### 4.3. Organização curricular

A organização curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, normatizadas pelo parecer CNE/CES nº 1.302/2001 e Resolução CNE/CES nº 03/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura, Resolução CNE/CP nº 02/2015, as Diretrizes Institucionais para os cursos de Graduação do IF Farroupilha, Resolução nº 013/2014, e demais normativas institucionais e nacionais pertinentes ao ensino superior.

A concepção do currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

O currículo do Curso de Licenciatura em Matemática está organizando a partir de 03 (três) núcleos de formação, a saber: Núcleo Comum, Núcleo Específico e Núcleo Complementar, os quais são perpassados pela Prática Profissional.

O Núcleo Comum contempla conhecimentos comuns à formação de professores, independente da sua área de habilitação. Este Núcleo se divide em dois grupos de conhecimentos:

**Núcleo Básico:** abrange conhecimentos básicos para a formação de professores e os componentes curriculares de conteúdos básicos da área, conforme as Diretrizes Curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática, visando atender às necessidades de nivelamento dos conhecimentos necessários para o avanço do estudante no curso.

**Núcleo Pedagógico:** abrange os conhecimentos relativos ao campo da educação, com vistas à compreensão dos fundamentos teóricos, políticos e his-

tóricos da educação, bem como os conhecimentos específicos da perpassam a formação e a prática docente. A carga horária deste núcleo representa a quinta parte do total da carga horária do curso, de acordo com o Art. 13 da Resolução CNE/CP 02/2015.

O Núcleo Específico contempla conhecimentos específicos da área da matemática, incluindo a transposição didática dos conteúdos na perspectiva da atuação docente neste campo. Neste Núcleo estão contemplados os conteúdos exigidos pelo Parecer CNE/CES nº 1302/2001, os quais são necessários para a formação na área de matemática.

O Núcleo Complementar contempla as atividades acadêmico-científico-culturais, de no mínimo 200 horas, incluindo também componentes curriculares eletivos de formação complementar que visam à atualização constante da formação do professor.

A prática profissional permeia todo o currículo do curso, desenvolvendo-se através da prática enquanto componente curricular (PeCC) e dos estágios curriculares supervisionado, conforme carga horária exigida pela Resolução CNE/CP 02/2015.

A Libras (Língua Brasileira de Sinais) é componente curricular obrigatório no curso de Licenciatura em Matemática.

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei (Lei nº 9.795/1999, Decreto nº 4.281/2002, Lei nº 10.639/2003, Resolução CNE/CP nº 01/2004, Dec. nº 5.626/2005, Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP 02/2015, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente:

- I. Educação ambiental – esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial nas disciplinas de Prática do ensino de Matemática V e VII, na construção de recursos didático-pedagógicos com reaproveitamento de materiais, focalizando a educação ambiental e a aplicabilidade da matemática em questões ambientais, como também em atividades complementares do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se em um princípio fundamental da formação de nossos futuros educadores.
- II. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – está presente como conteúdo nas disciplinas de História da Educação Brasileira. Essa temática também se fará presente nas ativi-

dades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.

- III. Educação em Direitos Humanos – presente como conteúdo em disciplinas que guardam maior afinidade com a temática, como Sociologia da Educação e Diversidade e Educa-

ção Inclusiva. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores.

#### 4.4. Matriz Curricular

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Está- gio	Pré-Requisito
1º semestre	História da Educação Brasileira	36			
	Filosofia da Educação	36			
	Fundamentos de Matemática Elementar I	108			
	Matemática Básica	72			
	Tecnologias da Informação e da Comunicação	36			
	Leitura e Produção Textual	36			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática I		50		
		324	50		
2º semestre	Sociologia da Educação	36			
	Psicologia da Educação	72			
	Fundamentos de Matemática Elementar II	108			
	Geometria Analítica	72			
	Metodologia Científica	36			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática II		50		
		324	50		
3º semestre	Políticas, Gestão e Organização da Educação	72			
	Álgebra Linear I	36			
	Geometria Plana	72			
	Matemática Discreta	72			
	Cálculo Diferencial e Integral I	72			Fundamentos de Matemática Elementar I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática III		50		
		324	50		

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-Requisito
4º semestre	Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	72			
	Metodologias do Ensino de Matemática I	36			
	Estatística Básica	72			
	Cálculo Diferencial e Integral II	72			Cálculo Diferencial e Integral I
	Geometria Espacial	72			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática IV		50		
		324	50		
5º semestre	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	72			
	Metodologias do Ensino de Matemática II	72			
	Fundamentos de Álgebra	72			
	Cálculo Diferencial e Integral III	72			Cálculo Diferencial e Integral II
	Estágio Curricular Supervisionado I			60	Metodologias do Ensino de Matemática I, Didática, Currículo e Organização do trabalho pedagógico, Matemática Básica e Geometria Plana
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática V		50		
		288	50	60	
6º semestre	Diversidade e Educação Inclusiva	72			
	Libras	36			
	Álgebra Linear II	72			Álgebra Linear I
	Cálculo Diferencial e Integral IV	72			Cálculo Diferencial e Integral III
	Estágio Curricular Supervisionado II			140	Metodologias do Ensino de Matemática II e Estágio Curricular Supervisionado I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VI		50		
		252	50	140	

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio	Pré-Requisito
7º semestre	Eletiva Pedagógica	36			
	Equações Diferenciais Ordinárias	72			Cálculo Diferencial e Integral IV
	História e Filosofia da Matemática	72			
	Cálculo Numérico	72			Álgebra Linear II e Cálculo Diferencial e integral IV
	Matemática Financeira	36			
	Estagio Curricular Supervisionado III			60	Metodologias do Ensino de Matemática I e II, Didática, Currículo e Organização do trabalho pedagógico, Fundamentos de Matemática Elementar I e II, Geometria Espacial, Geometria Analítica, Matemática Discreta, Estatística Básica e Álgebra Linear I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VII		50		
		288	50	60	
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	72			
	Fundamentos de Análise Matemática	72			
	Tópicos de Física Elementar	72			
	Eletiva Específica	36			
	Estagio Curricular Supervisionado IV			140	Estágio Curricular Supervisionado III
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VIII		50		
		252	50	140	
Atividades Acadêmico-científico Cultural					200
<b>Componentes do Currículo</b>					<b>C.H.</b>
Conteúdos Curriculares de Natureza Científico Cultural					2376
Prática como Componente Curricular					400
Estágio Curricular Supervisionado					400
Atividades Acadêmico-Científico Cultural					200
<b>Carga Horária Total do Curso</b>					<b>3376</b>

**Legenda:**

	Disciplinas de Formação Específica
	Disciplinas de Formação Pedagógica
	Disciplinas de Formação Básica
	Prática como Componente Curricular
	Estágio Curricular Supervisionado

**4.4.1. Pré-Requisitos**

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Matemática foi planejada a partir de uma sequência de componentes curriculares que se interligam e que, preferencialmente, o estudante deve seguir esse itinerário formativo. Situações que fujam à sequência do currículo, comprometendo o aproveitamento do estudante, poderão ser analisadas pelo colegiado do curso.

O pré-requisito adotado no currículo configura-se na condição de aprovação do aluno nas disciplinas abaixo especificadas para que o este possa se matricular na disciplina à qual se interliga, conforme tabela abaixo.

Componentes Curriculares	Pré-Requisito
Cálculo Diferencial e Integral I	Fundamentos de Matemática Elementar I
Cálculo Diferencial e Integral II	Cálculo Diferencial e Integral I
Cálculo Diferencial e Integral III	Cálculo Diferencial e Integral II
Cálculo Diferencial e Integral IV	Cálculo Diferencial e Integral III
Álgebra Linear II	Álgebra Linear I
Equações Diferenciais Ordinárias	Cálculo Diferencial e Integral IV
Cálculo Numérico	Álgebra Linear II e Cálculo Diferencial e Integral IV
Estágio Curricular Supervisionado I	Metodologias do Ensino de Matemática I, Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico, Matemática Básica e Geometria Plana.
Estágio Curricular Supervisionado II	Metodologias do Ensino de Matemática II Estágio Curricular Supervisionado I
Estágio Curricular Supervisionado III	Metodologias do Ensino de Matemática I e II, Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico, Fundamentos de Matemática Elementar I e II, Geometria Espacial, Geometria Analítica, Matemática Discreta, Estatística Básica e Álgebra Linear I
Estágio Curricular Supervisionado IV	Estágio Curricular Supervisionado III

#### 4.5. Representação gráfica do perfil de formação



## 4.6. Prática Profissional

### 4.6.1. Prática enquanto Componente Curricular - PeCC

A Prática enquanto Componente Curricular (PeCC) no curso de Licenciatura em Matemática tem o objetivo de proporcionar experiências de articulação de conhecimentos construídos ao longo do curso em situações de prática docente; oportunizar o reconhecimento e reflexão sobre o campo de atuação docente; proporcionar o desenvolvimento de projetos, metodologias e materiais didáticos próprios do exercício da docência, entre outros, integrando novos espaços educacionais como locus da formação dos licenciandos.

A PeCC se difere das demais atividades práticas desenvolvidas no processo de ensino de determinado conteúdo, uma vez que esta não se restringe à aplicação dos conhecimentos científicos, mas constitui um espaço de criação e reflexão acerca do trabalho docente e do contexto social em que se insere, com vistas à integração entre a formação e o exercício do trabalho docente.

As atividades de PeCC destinam-se ao contexto da prática de ensino da área do curso de Licenciatura em Matemática e também ao contexto da atuação docente na gestão escolar e educacional.

A PeCC está presente desde o início do curso e articula os conhecimentos básicos, específicos e pedagógicos do currículo, voltados à formação e atuação docente, correspondendo ao mínimo de 400 horas do currículo, conforme Resolução CNE/CP nº 02/2015.

Poderão ser previstas atividades de prática no contra turno do curso, com vistas a ampliar o contato do licenciando com a realidade educacional, a partir do desenvolvimento de atividades de pesquisa, visitação a instituições de ensino, observação em salas de aula, estudos de caso, estudos dirigidos, entre outros.

No curso de Licenciatura em Matemática, a PeCC será desenvolvida a partir dos componentes curriculares articuladores intitulados Prática

de Ensino da Matemática, os quais irão articular o conhecimento de no mínimo duas disciplinas do semestre, pertencentes, preferencialmente, a núcleos distintos do currículo, a partir de temática prevista para cada componente curricular articulador.

No início de cada período letivo (semestre) será elaborado pelo Colegiado de Curso um Projeto Interdisciplinar a ser desenvolvido no Componente Curricular Articulador (Prática de Ensino da Matemática) a partir da temática especificada neste Projeto Pedagógico do Curso e das disciplinas envolvidas. O desenvolvimento deste projeto no âmbito das Práticas de Ensino de Matemática será de responsabilidade de um docente das disciplinas envolvidas, sendo indispensável a participação dos demais docentes.

Os componentes curriculares de Prática de Ensino de Matemática de I à VIII do currículo do curso de Licenciatura em Matemática foram planejados de forma a integrar o currículo em sentido horizontal e vertical, desenvolvendo atividades com nível de complexidade crescente ao longo do curso.

### 4.6.2. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado é entendido como tempo de aprendizagem, no qual o formando exerce in loco atividades específicas da sua área profissional sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. O Parecer CNE/CP nº 28/2001, destaca: “O estágio supervisionado é um modo de capacitação em serviço e que só deve ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor.”

A carga horária do estágio supervisionado será de 400 (quatrocentas) horas, divididas entre os semestres do curso. O estágio terá início a partir do 5º semestre, em escolas da rede pública ou privada de educação básica com as quais o IF Farroupilha tenha parceria, bem como no próprio campus. Sendo assim, as 400 horas que compreendem o estágio curricular supervisionado estão distribuídas da seguinte forma:

Estágio Curricular Supervisionado	C. H. Supervisão	C.H. Campo	C.H. Total
Estágio Curricular Supervisionado I	36	24	60
Estágio Curricular Supervisionado II	82	58	140

Estágio Curricular Supervisionado III	36	24	60
Estágio Curricular Supervisionado IV	82	58	140

As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso.

O Estágio deverá ser acompanhado por um Professor Coordenador de Estágios e um Professor Orientador para cada aluno, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga horária dos professores.

São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- Plano de estágio aprovado pelo professor orientador e pelo professor da disciplina campo de estágio;
- Reuniões do aluno com o professor orientador;
- Visitas à escola por parte do professor orientador, sempre que necessário;
- Relatório do estágio supervisionado de ensino.

Quando do início do estágio supervisionado, o aluno deverá passar por um período de observação, que consiste em uma avaliação participativa em que o formando irá integrar-se ao cotidiano da escola, para que possa familiarizar-se com o processo pedagógico real, desde instalações, projeto político-pedagógico e atividades didáticas dos professores e alunos.

Após a observação realizada pelo formando, o período de regência do estágio supervisionado irá compreender atividades específicas de sala de aula em que o estagiário poderá desenvolver habilidades inerentes à profissão docente, com supervisão do professor orientador do estágio.

Após a realização de cada etapa do estágio supervisionado (estágio supervisionado 1, 2, 3 e 4), o aluno terá que no final de cada semestre apresentar o relatório final para ser avaliado. Este relatório servirá como requisito a ser considerado para aprovação final de conclusão do curso superior, sendo este apresentado na forma de seminário (a ser definida pelo professor orientador e supervisor).

Demais requisitos e procedimentos estão previstos nos regulamentos do IF Farroupilha,

onde são contempladas em seus textos questões específicas a respeito dos estágios, e no regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Matemática, onde são encontrados oferta, pré-requisitos e disponibilidades específicas a respeito do estágio na Licenciatura em Matemática.

O estudante poderá, ao longo do curso, realizar estágio não obrigatório em instituições que o IF Farroupilha – *Campus* São Borja possua convênio. A realização do estágio não obrigatório não dispensa o estudante da realização do estágio curricular obrigatório para o curso.

#### 4.7. Atividades Acadêmico-científico-culturais

As atividades acadêmico-científico-culturais visam contribuir para uma formação ampla e diversificada do licenciando, a partir de vivências e experiências realizadas para além do âmbito do curso ou da instituição, valorizando a pluralidade de espaços educacionais e incentivando a busca pelo conhecimento.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, o licenciando deve realizar ao longo do curso o mínimo de 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais.

No curso de Licenciatura em Matemática caracterizam-se como atividades acadêmico-científico-culturais aquelas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, realizadas em âmbito institucional ou em outros espaços institucionais.

As atividades acadêmico-científico-culturais devem ser realizadas para além da carga horária das atividades realizadas no âmbito dos demais componentes curriculares previstos no curso, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e colação de grau.

A comprovação das atividades acadêmico-científico-culturais se dará a partir da apresentação de certificado ou atestado emitido pela instituição responsável pela realização/oferta, no qual deve constar a carga horária da atividade realizada e a programação desenvolvida.

A coordenação do curso realizará o acompanhamento semestral do cumprimento da carga horária de atividades acadêmico-científico-culturais pelos estudantes, podendo definir prazos para o cumprimento parcial da carga horária ao longo do curso.

A integralização da carga horária exigida para atividades acadêmico-científico-culturais deverá

ocorrer antes da conclusão do último semestre do curso pelo estudante, com a devida comprovação do cumprimento da carga horária.

No curso de Licenciatura em Matemática, serão consideradas como atividades válidas como AACC e equivalência em Carga horária:

<b>Atividades Acadêmico-Científico-Culturais</b>	<b>Carga Horária Máxima de todo o curso (Horas)</b>
Participação em cursos extracurriculares na área	100 horas
Participação em eventos acadêmicos como ouvinte	100 horas
Participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho (como autor do trabalho)	80 horas
Participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho (como colaborador do trabalho)	80 horas
Participação em entidades estudantis ou representação discente perante a órgãos colegiados da Instituição	60 horas
Participação de Núcleos de Estudos	40 horas
Participação em Comissões de Organizações de eventos	40 horas
Participação em cursos extracurriculares em áreas afins	40 horas
Cursos a distâncias em áreas afins	50 horas
Cursos de línguas (inglês, espanhol, italiano, alemão, etc.)	40 horas
Cursos de informática	40 horas
Programas de incentivo da própria instituição: monitorias e outros programas do IF Farroupilha – Campus São Borja	100 horas
Participação em Projetos de Ensino	100 horas
Participação em Projetos de Extensão	100 horas
Participação em Projetos de Pesquisa	100 horas
Publicações: artigos em revista da instituição e/ou congresso da área	10 horas por artigo
Publicações: artigos publicados em revista com corpo editorial	100 horas
Publicações: capítulos e livros	100 horas
Participações em Comissões Editoriais	80 horas
Tutoria de ensino a distância na área	100 horas
Tutoria em polos presenciais na área	100 horas
Organizadores de eventos acadêmicos	100 horas
Estágios curriculares não obrigatórios (extracurriculares)	100 horas
Disciplinas cursadas em outros cursos nas áreas afins	90 horas
Participação em órgãos colegiados ou representações estudantis	40 horas

## 4.8. Disciplinas Eletivas

O Curso Superior de Licenciatura em Matemática contempla a oferta de duas (02) disciplinas eletivas, num total de 72 horas. O curso deverá disponibilizar três (03) disciplinas eletivas para a escolha da turma, através de Edital, no semestre anterior à oferta de disciplina eletiva, que considerará as condições de infraestrutura e de pessoal da instituição.

Estas disciplinas propiciarão discussões e reflexões frente à realidade regional na qual o curso se insere, oportunizando espaços de diálogo, construção do conhecimento e de tecnologias importantes para o desenvolvimento da sociedade.

São possibilidades de disciplinas eletivas:

- Pedagógicas:

O Professor e a Gestão Democrática

Indisciplina e Mediação de Conflitos em sala de Aula

Políticas de Educação Profissional

Libras II

Tecnologia da Informação e Comunicação Avançada

- Específicas:

Matemática Financeira II

Modelagem Matemática

Probabilidade

Variáveis Complexas

Poderão ser acrescentadas novas disciplinas eletivas ao PPC do curso a partir de solicitação realizada pelo docente e aprovada pelo NDE e Colegiado do Curso, devendo ser publicadas à comunidade acadêmica.

Poderá ser validada como disciplina eletiva, aquela realizada pelo estudante em curso superior, presencial ou a distância, desde que aprovada pela coordenação e/ou colegiado do curso, e atenda à carga horária mínima exigida;

Em caso de reprovação em disciplina eletiva, o estudante poderá realizar outra disciplina eletiva ofertada pelo curso, não necessariamente repetir aquela em que obteve reprovação.

## 4.9. Avaliação

### 4.9.1. Avaliação da Aprendizagem

A Avaliação da Aprendizagem, nos cursos do Instituto Federal Farroupilha, segue o disposto no Regulamento da Avaliação do Rendimento Escolar, aprovado pela resolução nº 04/2010, de 22 de fevereiro de 2010. De acordo com o regulamento e com base na Lei nº 9394/96, a avaliação deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A verificação do rendimento escolar é feita de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo, podendo acontecer através de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas, auto-avaliações e outros, a fim de atender às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do (a) aluno (a), oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida. Em cada componente curricular, o professor deve oportunizar no mínimo dois instrumentos avaliativos.

A recuperação da aprendizagem deverá ser realizada de forma contínua no decorrer do período letivo, visando que o (a) aluno (a) atinja as competências e habilidades previstas no currículo, conforme normatiza a Lei nº 9394/96.

Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas. As notas deverão ser expressas com uma casa após a vírgula sem arredondamento. A nota mínima para aprovação é 7,0. Caso o estudante não atinja média 7,0, terá direito ao exame final. A nota para aprovação após exame é 5,0, considerando o peso 6,0 para a nota obtida antes do exame e peso 4,0 para a nota da prova do exame.

### 4.9.2. Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve orientar o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. O IF Farroupilha conta com a Comissão Própria de Autoavaliação Institucional, que é responsável por conduzir a prática de autoavaliação institucional.

O regulamento em vigência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal Farroupilha foi aprovado através Resolução CONSUP nº 073/2013, sendo a CPA composta por uma Comissão Central, apoiada pela ação dos núcleos de autoavaliação em cada *campus* da instituição.

Considerando a autoavaliação institucional um instrumento norteador para a percepção da instituição como um todo é imprescindível entendê-la na perspectiva de acompanhamento e trabalho contínuo, no qual o engajamento e a soma de ações favorecem o cumprimento de objetivos e intencionalidades.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso de Licenciatura em Matemática serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

#### 4.9.3. Avaliação do Curso

A Educação Superior é avaliada em âmbito Nacional a partir do Sistema Nacional de Avaliação – SINAES, o qual tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Lei nº 10.861/2004).

O Sistema Nacional de Avaliação normatiza a avaliação dos cursos superiores através da avaliação do desempenho dos estudantes, avaliação externa de cursos e instituições superiores e a autoavaliação institucional.

O desempenho dos estudantes é analisado através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), elaborado aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, conforme o ciclo de avaliação de cursos, estabelecido por normativa própria, constituindo-se em componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. No campus São Borja, o ENADE é tratado com seriedade, sendo frequentemente discutida sua importância com os alunos e professores. Em nossa instituição, um projeto especialmente destinado ao ENADE foi adotado, e tem sido utilizado pelos

professores através de resolução e aplicação de exercícios, conteúdos e outros aspectos importantes para a formação e bom desempenho do aluno durante seu curso de graduação.

A avaliação externa de cursos tem como objetivo avaliar as condições do curso para o seu reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento, resultando em ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento. Já a avaliação externa de instituições tem o objetivo de avaliar as condições para a oferta de ensino superior, resultando em ato de credenciamento ou reconhecimento para a oferta de ensino superior.

Para isso, é fundamental tanto para o curso quanto para a instituição oferecer ao aluno a estrutura pedagógica, específica e física na qual o aluno consiga construir as diferentes tarefas do ensino necessárias para sua formação, e uni-las para sua concepção da importância no papel como educador.

A Autoavaliação Institucional é realizada institucionalmente, no âmbito da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com vistas a avaliar o desenvolvimento institucional e reorientar o planejamento, quando necessário, a fim de garantir a qualidade da educação ofertada. Reuniões mensais com o colegiado do curso são essenciais para garantir a qualidade do ensino e da formação dos alunos, bem como discutir e avaliar possíveis melhorias em diferentes setores, desde a parte pedagógica até a parte estrutural dos prédios e salas de aula.

Os resultados da avaliação externa dos cursos superiores e da autoavaliação institucional são utilizados como subsídio para a avaliação do curso no âmbito do Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso e do respectivo Grupo de Trabalho, em conjunto com a Direção Geral e de Ensino, para fins de realização de melhorias contínuas, bem como a Pró-Reitoria de Ensino, que junto aos anteriormente citados, deve desenvolver ações periódicas com vistas à informação e divulgação dos resultados da Avaliação do Ensino Superior, promovendo ações de valorização e melhoria dos resultados, quando necessário.

#### 4.10. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores no Curso de Licenciatura em Matemática compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso de graduação.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado pelo(s) professor(es) da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

I – a correspondência entre a ementa e/ou programa cursado na outra instituição e a do curso realizado no Instituto Federal Farroupilha, não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

II - a carga horária cursada deverá ser igual ou superior àquela indicada no componente curricular do respectivo curso no Instituto Federal Farroupilha;

III - além da correspondência de ementa e carga horária entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado;

IV – caso necessário, a Comissão poderá levar casos especiais para análise do Colegiado de Curso.

O aproveitamento de estudos anteriores não deve ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do currículo do curso de Matemática, de acordo com a matriz curricular a qual o estudante está vinculado.

Os procedimentos para a solicitação de aproveitamento de estudos anteriores seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

#### **4.11. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores**

De acordo com a LDB nº 9394/96, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em

componente curricular do curso do Instituto Federal Farroupilha em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da realização de avaliação teórica e/ou prática.

A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta pelo(s) professor(es) da área de conhecimento, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com as ementas dos componentes curriculares para o qual solicita a certificação de conhecimentos. O resultado mínimo da avaliação para obtenção de certificação em componente curricular deverá ser de 7,0.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular para Estágio Curricular Supervisionado.

Os procedimentos para a solicitação de certificação de conhecimentos seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

#### **4.12. Expedição de Diploma**

O estudante que frequentar todos os componentes curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento satisfatório e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-aula em cada um deles, antes do prazo máximo para integralização, receberá o diploma de concluinte do curso, após realizar a colação de grau na data agendada pela instituição.

As normas para expedição de Diplomas e Históricos Escolares finais estão normatizadas através de regulamento próprio.

## 4.13. Ementário

### 4.13.1. Componentes curriculares obrigatórios

<b>Componente Curricular:</b> História da Educação Brasileira	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
Educação e historicidade. Educação no Brasil Colônia. Educação no Brasil Império. A constituição do Ensino Público no Brasil. A Educação no período Republicano. A Educação na Era Vargas. Educação no Período Ditatorial. A educação no período de redemocratização. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Educação nas Constituições Brasileiras. A Educação no contexto atual. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil: 1930-1973. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.	
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). Histórias e memórias da educação no Brasil: vol III: séculos XX. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.	
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). Histórias e memórias da educação no Brasil: vol II: séculos XIX. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). Histórias e memórias da educação no Brasil: vol I: séculos XVI-XVII. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.	
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Educadores e educandos: tempos históricos. 3. ed. atual. e rev. Brasília: Ed. UnB, 2008.	
NOVOA, Antonio. História da educação brasileira: formação do campo. Ijuí: Unijuí, 2010.	
GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2011.	
MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959). Santa Maria: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 2010.	

<b>Componente Curricular:</b> Filosofia da Educação	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
Filosofia e Educação: diferentes abordagens. A indissociabilidade entre filosofia e educação no pensamento grego. A filosofia grega e a formação do ser humano. Análise filosófico-pedagógica da educação na modernidade e na contemporaneidade. Filosofia da Educação na formação e na prática do trabalhador. Educação e Cultura. Educação e o mundo do trabalho.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996.	
COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2011.	
SEVERINO, Antônio J. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 5.ed. Petrópolis : Vozes , 2009.	
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Homem, trabalho e cultura: abordagem filosófica e antropológica. 3. ed. atual. e rev. Brasília: Ed. UnB, 2008.	
CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.	
DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. Petrópolis: Vozes, 2004.	
SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9.ed. rev. e ampl.. São Paulo: Atlas, 2010.	

<b>Componente Curricular:</b> Fundamentos de Matemática Elementar I
---

<b>Carga Horária:</b> 108 horas	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Noções de conjuntos numéricos, operações com conjuntos, produto cartesiano, e relações. Definição de função. Tipos de funções: injetora, sobrejetora e bijetora; par e ímpar. Função composta e função inversa. Funções elementares: afim, modular, quadrática, exponencial e logarítmica.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>GIOVANNI, José Ruy. BONJORNIO, José Roberto. Matemática Uma nova abordagem. Vol 1 Progressões. 2º ed. FTD. São Paulo, 2011.</p> <p>DEMANA, Franklin D. Pré-Cálculo. 2ª ed. Editora Pearson, São Paulo: Ática, 2013.</p> <p>GENTIL, Nelson. Matemática para o 2º Grau. 11ª ed, Editora Ática. São Paulo, 2001.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<p>BEZERRA, Manoel J. Matemática – Volume Único. São Paulo: Editora Scipione, 1996.</p> <p>DANTE, Luis Roberto. Tudo é matemática. (5ª a 8ª série). São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>IEZZI, Gelson MURAKAMI, Carlos. Fundamentos da Matemática Elementar: Conjuntos e Funções. Atual Editora: São Paulo, 2005.</p> <p>IMENES, Luiz Márcio. Matemática para todos. (5ª a 8ª série). São Paulo: Scipione, 2007.</p> <p>IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo. Matemática e realidade. (5ª a 8ª série). São Paulo: Atual, 2005.</p>	

<b>Componente Curricular:</b> Matemática Básica	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Definição e propriedades das operações de potenciação e radiciação. Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração algébrica. Equação: do 1º grau, do 2º grau, biquadrada, fracionária e irracional. Sistemas de equações com duas variáveis. Inequações. Razão e proporção e suas relações. Regra de três simples e composta.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>MORI, Iracema; ONAGA, Dulce S. Matemática: ideias e desafios. (5ª a 8ª série). São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo. Matemática e realidade. (5ª a 8ª série). São Paulo: Atual, 2005.</p> <p>IMENES, Luiz Márcio. Matemática para todos. (5ª a 8ª série). São Paulo: Scipione, 2007.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<p>BEZERRA, Manoel J. Matemática – Volume Único. São Paulo: Editora Scipione, 1996.</p> <p>DANTE, Luis Roberto. Tudo é matemática. (5ª a 8ª série). São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>DANTE, Luis Roberto. Matemática: contexto e aplicações. Volume único. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>IEZZI, Gelson MURAKAMI, Carlos. Fundamentos da Matemática Elementar: Conjuntos e Funções. Atual Editora: São Paulo, 2005.</p> <p>MORI, Iracema; ONAGA, Dulce S. Matemática: ideias e desafios. 9º ano. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>	

<b>Componente Curricular:</b> Tecnologias da Informação e da Comunicação	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Conceitos básicos em computação. Sistema livre e proprietário. Políticas de informatização da educação brasileira. Editores: de texto, de apresentação e de planilhas e seus recursos para a matemática. As mídias e a aprendizagem da matemática. Ambientes virtuais de aprendizagem em matemática. Ambientes de comunicação e interação e suas implicações nos processos de aprendizagem em matemática.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	

<p>LOBO, Edson J. R. BrOffice Writer – Nova solução em código aberto na editoração de textos. Ed. Ciência Moderna, 2008.</p> <p>REHDER, Wellington da Silva; ARAUJO, Adriana de Fatima. BrOffice.Org Impress – Recursos e Aplicações em Apresentação de Slides. Ed. Viena, 2008.</p> <p>RODRIGUES, Heloisa H. C.. Aprendendo BrOffice.Org – Exercícios Práticos. Ed. UFPEL - UNI PELOTAS, 2009.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p> <p>GONÇALVES, Cristiane. BrOffice.Org Calc Avançado com Introdução às Macros. Ed. Ciência Moderna, 2009.</p> <p>MANZANO, Jose A. N. G.; BrOffice.Org 2.0 – Guia Prático de Aplicação, Ed. Érica, 2006.</p> <p>MANZANO, José A. N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Excel 2007. 2. ed. São Paulo: Érica, 2006.</p> <p>MANZANO, André L. N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Word 2007. 2. ed. São Paulo: Érica, 2011.</p> <p>COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Microsoft office powerpoint 2007: passo a passo. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>

<b>Componente Curricular:</b> Leitura e Produção Textual	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Concepções de leitura: leitura crítica e compreensão dos vários gêneros textuais. Conceitos relativos à produção textual. Estratégias de planejamento do texto escrito. Práticas de escrita de diversos gêneros textuais com predomínio de sequências textuais argumentativas e expositivas.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.</p> <p>GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. 2.ed. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da língua portuguesa. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.</p> <p>FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa. 3.ed. São Paulo: Publifolha, 2009.</p> <p>KOCH, I. V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>LIMA, Antônio Oliveira. Manual de redação oficial: teoria, modelos e exercícios. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p>	

<b>Componente Curricular:</b> Prática de Ensino de Matemática I	
<b>Carga Horária:</b> 50 horas	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Cultura e organização escolar no Ensino Fundamental; Trabalho docente: constituição do profissional docente; Tendências pedagógicas no ensino da Matemática.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>MARQUES, Mario Osório. A Formação do profissional da educação. 5. ed. rev. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (Org.). Currículo: cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre. Imagens e autoimagens. 12. ed. Petrópolis/RS: Vozes, 2010.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

GERADI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro (Org). Cartografias do trabalho docente: professo(a)-pesquisador(a). 12. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

MARQUES, Mario Osório. Caminhos da Formação de um educador. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.

VICTORIO FILHO, Aldo; MONTEIRO, Solange Castellano Fernandes (Org). Cultura e conhecimento de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flavio (Org). Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

<b>Componente Curricular:</b> : Sociologia da Educação	
<b>Carga Horária:</b> : 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
A Sociologia da Educação na formação do professor. Teorias da Sociologia da Educação. Sociedade, Educação e Vida Moral: Durkheim e a Educação. Sociedade, Educação e Emancipação: Marx e o pensamento sociológico. Weber e a Educação. Bourdieu e a Educação. Gramsci e a Educação. Sociologia da Educação no Brasil. Educação em Direitos Humanos na escola contemporânea. Educação e Sociedade: perspectivas contemporâneas emergentes.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CARVALHO, Alonso B. et al. Sociologia e educação: leituras e interpretações. São Paulo: Avercamp, 2006.	
MARTINS, José de S; FORACCHI, Marialice. M. Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1998.	
NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. Escritos de Educação. 8 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: Educação e Emancipação. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.	
BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. Escritos de Educação. 8 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.	
DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.	
DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. 11ª edição, São Paulo: Melhoramentos, 1978.	
LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares. São Paulo: Ática, 1997.	

<b>Componente Curricular:</b> Psicologia da Educação	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
Histórico da Psicologia e Psicologia da Educação. A psicologia da Educação como ciência. Aprendizagem: preceitos e disposições. Comportamentalismo e Educação. Humanismo e Educação. Psicanálise e Educação. Psicologia Genética e Educação. Teoria sócio-histórica e educação. Teoria simbólico-cultural e Educação. A perspectiva cognitiva de aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. Processos de ensino e aprendizagem na contemporaneidade.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento. 15.ed. Petrópolis: Vozes. 2001.	
FONTANA, R., CRUZ, N. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.	
SALVADOR, C.C. [et al.] Psicologia da educação. Porto Alegre: ArtMed, 1999.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

<p>COLL, Cesar et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação. (vol.1) Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.</p> <p>HARDY, M., HEYES, S. Uma introdução à psicologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.</p> <p>KRECH, D., CRUTCHFIELD, R. Elementos da psicologia. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1980.</p> <p>STRECK, Danilo R. Rousseau &amp; a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.</p> <p>TELES, M.L.S. Psicodinâmica do desenvolvimento humano: uma introdução à psicologia da educação. Petrópolis: Vozes, 2001.</p>
--

<b>Componente Curricular:</b> Fundamentos de Matemática Elementar II	
<b>Carga Horária:</b> 108 horas	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Relações trigonométricas no triângulo retângulo. Lei dos senos e dos cossenos. Área de triângulos quaisquer. Estudo e análise de funções trigonométricas. Funções trigonométricas inversas. Números complexos: definição, propriedades, operações, representação geométrica, complexos conjugados, valor absoluto, forma polar, raízes e regiões do plano. Polinômios: definição, igualdade, grau, operações, raízes reais e complexas.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>BARRSO, Juliane M.; Conexões com a Matemática. V.2. 1ª edição- São Paulo: Moderna, 2010.</p> <p>DEMANA, Franklin D. Pré-Cálculo. 2ª ed. Editora Pearson, São Paulo: Ática, 2013.</p> <p>DANTE, Luís Roberto, Matemática: contexto e Aplicações. V.2. Editora Cármen Sílvia Rela Matricardi, São Paulo, SP, 2011.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<p>IEZZI, Gelson, Fundamentos da Matemática Elementar v.3, São Paulo. Atual Editora. 2013.</p> <p>IEZZI, Gelson, Fundamentos da Matemática Elementar v.6, São Paulo. Atual Editora. 2013.</p> <p>DANTE, Luís Roberto, Matemática: contexto e Aplicações. V.3, Editora Cármen Sílvia Rela Matricardi, São Paulo, SP, 2011.</p> <p>PAIVA, Manoel Rodrigues. Matemática V.2, Editora Moderna – 2ª edição- São Paulo, 2010.</p> <p>PAIVA, Manoel Rodrigues. Matemática V.3., Editora Moderna – 2ª edição- São Paulo, 2010.</p>	

<b>Componente Curricular:</b> Geometria Analítica	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Vetores no <math>\mathbb{R}^2</math> e <math>\mathbb{R}^3</math>: definição algébrica e geométrica, operações com vetores e suas propriedades; produto escalar, produto vetorial, produto misto e suas aplicações. Estudo da equação da reta no plano e no espaço. Estudo do plano. Distâncias. Posições relativas de retas e planos. Ângulos entre retas e planos. Estudo da circunferência. Estudos das cônicas.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>BOULOS, P.; Camargo, I. Geometria analítica: um tratamento vetorial. 3ª ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.</p> <p>IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: geometria analítica. 5.ed. São Paulo: Atual, volume 07, 2005.</p> <p>PAIVA, Manoel Rodrigues. Matemática: conceitos, linguagem e aplicações. São Paulo: Moderna, 2007.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<p>BOULOS, P.; Camargo, I. Introdução à Geometria Analítica no espaço. São Paulo: Makron Books, 1997.</p> <p>LIMA, Elon Lages. Coordenadas no Espaço. SBM. Rio de Janeiro, 1998.</p> <p>SANTOS, Fabiano José dos. Geometria Analítica. Editora Bookman. 1º edição. 2009.</p> <p>STEIMBRUCH, Alfredo. WINTERLE, Paulo. Geometria Analítica. Editora Makron Books. São Paulo, 2004.</p> <p>WINTERLE, Paulo. Vetores e geometria analítica. São Paulo: Pearson, 2000.</p>	

<b>Componente Curricular:</b> Metodologia Científica
--

<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
Tipos de conhecimento. Produção do conhecimento científico. Métodos, abordagens e tipos de pesquisa. Planejamento de pesquisa. Estrutura e organização dos gêneros acadêmico-científicos (artigo, relatório, projeto de pesquisa). Normas técnicas de apresentação de trabalhos acadêmico-científicos. Ética na pesquisa.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.	
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 2002.	
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BRANDÃO, C. R. (org.) Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.	
CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo : Pentice Hall, 2002.	
DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.	
FAZENDA, Ivani C. A. Metodologia da pesquisa Educacional. 5 ed. São Paulo, Cortez, 1999.	
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6.ed. São Paulo : Atlas, 2004.	

<b>Componente Curricular:</b> Prática de Ensino de Matemática II	
<b>Carga Horária:</b> 50 horas	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
Pesquisa e investigação em Educação Matemática.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho. Educação matemática: pesquisa em movimento. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.	
MACHADO, Nilson. José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez, 1999.	
MIGUEL, Antonio; MIORIM, Maria Ângela. História na educação matemática: propostas e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade, 3ª. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.	
D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria a prática. 23ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.	
FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2006.	
GARNICA, A. V. M. Filosofia da Educação Matemática: algumas ressignificações e uma proposta de pesquisa. In: Pesquisa em Educação Matemática: concepções & perspectivas. Org.: Maria Aparecida V. Bicudo. São Paulo: UNESP, 1999.	
VALENTE, W. R. Uma história da matemática escolar no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.	

<b>Componente Curricular:</b> Políticas, Gestão e Organização da Educação	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
A educação escolar como direito da cidadania e como dever do Estado na sociedade brasileira. Organização da Educação Brasileira, bases conceituais e normativas. Políticas governamentais na atualidade para a área da educação Gestão da(s) política(s) da educação básica nos diferentes níveis e modalidades de sua organização. Planejamento Educacional. Gestão Democrática da Educação.	

<b>Bibliografia Básica</b>
ABREU, Mariza, Organização da Educação Nacional na Constituição e na L.D.B..Ijuí: Editora Unijuí, 1998.
DEMO, Pedro, A nova LDB: ranços e avanços. Campinas – SP: Papirus, 1997.
MENEZES, João Gualberto de Carvalho e outros. Estrutura e funcionamento da Educação Básica – leituras. São Paulo: Pioneira, 1998.
<b>Bibliografia Complementar</b>
Câmara de Educação Básica. Resolução n.3, de 26 de junho de 1998: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Estrutura e Funcionamento do Ensino. São Paulo: Avercamp, 2004.
PILETTI, Nelson. A estrutura e funcionamento do ensino fundamental. 26 ed. São Paulo: Ática, 2001.
SANTOS, Clovis Roberto dos. Educação Escolar Brasileira: estrutura, administração, legislação. São Paulo: Pioneira, 1999.
SOUZA, P. N. P. de; SILVA, E. B. da. Como entender e aplicar a nova LDB. SP: Pioneira, 1997.

<b>Componente Curricular:</b> xxxxxxxxx	
<b>Carga Horária:</b> xxxxxx	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Matrizes: tipos, operações e matriz inversa. Determinantes: cálculo do determinante e suas propriedades. Sistemas lineares: métodos de resolução e discussão de sistemas lineares.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar: sequências, matrizes, determinantes e sistemas. 7.ed. São Paulo: Atual, volume 04, 2004.	
BOLDRINI, J. L; COSTA, S. R. C; FIGUEIREDO, V. L; WETZLER, H. G. Álgebra Linear. Editora Harbra Ltda. São Paulo, 1986.	
STEINBRUCH, Alfredo, WINTERLE, Paulo. Álgebra Linear. Editora Makron Books, 2ª ed.. São Paulo, 1987.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
CALLIOLI, C. A; DOMINGUES, H. H; COSTA, R. C. F. Álgebra Linear e Aplicações. Atual Editora. 1987.	
CARVALHO, João Bosco Pitombeira de. Vetores, Geometria Analítica e Álgebra Linear: um tratamento moderno. Ao Livro Técnico. Rio de Janeiro, 1975.	
LAY, D. C. Álgebra linear e suas aplicações. 2.ed. Rio de Janeiro:LTC, 2007.	
NOBLE, B; DANIEL, J. W. Álgebra Linear Aplicada. Prentice/Hall do Brasil. 1977.	
ANTON – RORRES. Álgebra Linear com Aplicações. 8ª ed. Bookman Porto Alegre, 2006.	

<b>Componente Curricular:</b> Geometria Plana	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Construção axiomática da geometria plana: elementos fundamentais da geometria; paralelismo; perpendicularismo; polígonos. Estudo dos triângulos. Estudo dos quadriláteros notáveis. Estudo da circunferência. Áreas de superfícies planas.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
DOLCE. OSVALDO; POMPEO, Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana. São Paulo: Atual, 2011.	
NETO, Antônio C. Muniz. Tópicos de Matemática Elementar: Geometria Euclidiana Plana. Rio de Janeiro: Ed.SBM, 2012.	
BARBOSA, Joao Lucas Marques. Geometria euclidiana plana. 10. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto. Matemática: uma nova abordagem. 2. ed. São Paulo: FTD, 2011.

IEZZI, Gelson; MACHADO, Antonio; DOLCE, Osvaldo. Geometria plana: conceitos básicos . 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atual, 2011.

RÊGO, Rogéria Gaudencio do; REGO, Rômulo Marinho do; VIEIRA, Kleber Mendes. Laboratório de ensino de geometria. Campinas: Autores Associados, 2012.

LIMA, Elon Lages; CARVALHO, Paulo Cezar Pinto; WAGNER, Eduardo; MORGADO, Augusto César. A matemática do Ensino Médio. Rio de Janeiro. Ed. SBEM, 2006.

REZENDE Eliane Q. F.; QUEIROZ, MARIA LÚCIA B. Geometria Euclidiana Plana e Construções Geométricas. São Paulo: Unicamp, 2008.

<b>Componente Curricular:</b> Matemática Discreta	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Progressões numéricas (PA e PG): leis de recorrência, termo geral, propriedades, soma dos n primeiros termos. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjo simples, permutação simples, permutação com elementos repetidos, combinação simples. Probabilidade.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. 5.ed. São Paulo: Ática, 2011.	
IEZZI, Gelson, Fundamentos da Matemática Elementar v.4, São Paulo. Atual Editora. 2013.	
IEZZI, Gelson, Fundamentos da Matemática Elementar v.5, São Paulo. Atual Editora. 2013.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
HUNTER, David J. Fundamentos da Matemática Discreta. Rio de Janeiro: LTC, 2011.	
LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc Lars. Teoria e problemas de matemática discreta. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.	
MENEZES, P.B. Matemática discreta para Computação e Informática. 2. ed. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto. Instituto de Informática da UFRGS, Série Livros Didáticos, número 16, 2008.	
RIBEIRO, Jackson. Matemática: ciência e linguagem. São Paulo: Scipione, 2007.	
SCHEINERMAN, E.R. Matemática discreta: uma introdução. São Paulo: Thomson Learning Ltda, 2003.	

<b>Componente Curricular:</b> Cálculo Diferencial e Integral I	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Limite de uma função real. Continuidade de uma função. Derivadas de funções de uma variável: partindo do conceito de derivada como taxa de variação. Teoremas sobre derivadas de funções elementares, regras práticas de derivação, derivação implícitas e de ordem superior. Aplicações de derivadas para esboço de gráficos e na resolução de problemas de taxa de variação. Aplicação de derivada como máximos e mínimos relativos, e aplicações em outras áreas de conhecimento.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ANTON, Howard. Cálculo, Um Novo Horizonte V.1. Bookman, 2000.	
ÁVILA, Geraldo. Cálculo das funções de múltiplas variáveis. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.	
FLEMMIG, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A. São Paulo: Makron Books, 2007.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo, V. 1. LTC, 1985.	
HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. Tradução e revisão Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: LTC, 2008.	
SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica. São Paulo: Pearson, 2008.	
WINTERLE, Paulo. Vetores e geometria analítica. Sao Paulo: Pearson, 2011.	
THOMAS JÚNIOR, G. B. Cálculo. 11.ed. São Paulo: Pearson, 2009.	

<b>Componente Curricular:</b> Prática de Ensino de Matemática III	
<b>Carga Horária:</b> 50 horas	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Tecnologias na formação do professor de matemática. Recursos educacionais e tecnológicos, no ensino de Matemática, voltados ao Ensino Fundamental.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
DEMO, Pedro. Formação permanente e tecnologias educacionais. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2006.	
CAVALHEIRI, Alceu; ENGERROFF, Sérgio N. e SILVA, Jair da Costa. (org). As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora. Editora Biblos. Santa Maria – RS, 2013.	
MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Editora Papirus. São Paulo, 2000.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BITTAR, M. O uso de software educacionais no contexto da aprendizagem virtual. In : Educação e Arte no Mundo Digital, pp. 73 à 96. Editora UFMS, Campo Grande, MS, 2000.	
CARVALHO, Jose M. [et. al.]. História e Tecnologia no Ensino da Matemática. Editora Ciência Moderna. 1ª ed.. São Paulo, 2008.	
BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e educação matemática. 5. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2012.	
LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino da Matemática na Formação de Professores. Editora Autores Associados. 1ª ed.. São Paulo, 2006.	
VALENTE, J. A. (org.) Computadores e conhecimento, repensando a educação. Campinas (SP): Gráfica da UNICAMP, 1993.	

<b>Componente Curricular:</b> Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Origens do campo da Didática: histórico, concepções e abordagens. Pedagogia Tradicional, Pedagogia escolanovista, Pedagogia Tecnicista, Pedagogia Histórico-Crítica: implicações didático-metodológicas. Teorias do currículo. A cultura, o currículo e a prática escolar. Currículo Integrado. A dinâmica da sala de aula: metodologias, procedimentos e técnicas de ensino. A relação professor-aluno. Planejamento e avaliação da prática pedagógica.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.	
SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.	
VEIGA, I. P. A. Didática: o ensino e suas relações. Campinas, SP: Papirus, 1996.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
FREIRE, Paulo, 1921-1997. Educação e mudanças. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.	
GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.	
HERNANDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.	
ZABALA, Antoni; ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. São Paulo: ARTMED, 1998.	
<b>Componente Curricular:</b> Metodologias do Ensino de Matemática I	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Estudo das metodologias de ensino: metodologia de jogos, etnomatemática e modelagem matemática. Livros didáticos no ensino de matemática. Parâmetros curriculares nacionais e suas relações com as diferentes metodologias de ensino.	

<b>Bibliografia Básica</b>
D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria a prática. 23. ed. Campinas: Papirus, 2012.
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho. Educação matemática: pesquisa em movimento. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
MIGUEL, Antonio; MIORIM, Maria Ângela. História na educação matemática: propostas e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CARVALHO, Dione Lucchesi. Metodologia do ensino da Matemática. São Paulo: Cortez, 1994.
MACHADO, Sílvia Dias Alcântara. Aprendizagem em Matemática. São Paulo: Papirus, 2010.
FAZENDA, Ivani; Metodologia da pesquisa educacional. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. (Org.). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
SILVEIRA, Everaldo; MIOLA, Rudinei Jose. Metodologia no Ensino de Matemática e Física. Curitiba: Ibpex, 2008.

<b>Componente Curricular:</b> Estatística Básica	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Estatística descritiva: utilização e aplicação em situações reais. Apresentação tabular e gráfica da Estatística Descritiva. Medidas de posição e dispersão. Amostragem.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de Estatística. 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 1996.	
MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. 3ª ed. Rio de Janeiro LTC 2011.	
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística. 7ª.ed. Rio de Janeiro: LTC 2008.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
HOEL, Paul G. Estatística Matemática. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois S. A, 1980.	
MENDENHALL, William. Probabilidade e Estatística. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1985.	
OLIVEIRA, Francisco E. M., Estatística e Probabilidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1999.	
VIEIRA, Sonia. Estatística Básica. São Paulo: Cengage Learning, 2011.	
SPIEGEL, Murray M. Estatística. Coleção schaum. 4ª ed. São Paulo: Bookman, 2009.	

<b>Componente Curricular:</b> Cálculo Diferencial e Integral II	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Conceito de diferencial e antidiferencial. Conceito de integração como anti-derivada. Técnicas de integração. Teorema Fundamental do Cálculo. Estudo da integral definida e suas propriedades. Aplicações de integrais definidas no cálculo de áreas e volumes de sólidos de revolução de funções de uma variável.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ANTON, Howard. Cálculo, Um Novo Horizonte V.1. Bookman, 2000.	
ÁVILA, Geraldo. Cálculo das funções de múltiplas variáveis. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.	
FLEMMIG, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A. São Paulo: Makron Books, 2007.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo, V. 1. LTC, 1985.
HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. Tradução e revisão Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica. São Paulo: Pearson, 2008.
WINTERLE, Paulo. Vetores e geometria analítica. Sao Paulo: Pearson, 2011.
THOMAS JÚNIOR, G. B. Cálculo. 11.ed. São Paulo: Pearson, 2009.

<b>Componente Curricular:</b> Geometria Espacial	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Estudo axiomático da geometria espacial. Poliedros: de Platão, Prismas e Pirâmides. Sólidos de revolução: cilindros, cones e esfera.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Geometria Espacial. Coleção Fundamentos de Matemática Elementar. vol. 10, São Paulo: Atual, 2005.	
REZENDE, Eliane Quelho Frota; QUEIROZ, Maria Lucia Bontorim de. Geometria euclidiana plana e construções geométricas. Campinas: Unicamp, 2008.	
WAGNER, Eduardo. Construções Geométricas. SOLGRAF Publicação Ltda. Rio de Janeiro, 2000.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BARBOSA, J.L. Geometria Euclidiana Plana. Coleção Professor de Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2005.	
ARANHA, Alvaro Zimmermann. Geometria Espacial – Caderno de Atividades Vol 1, 1ª edição ,2006.	
CARVALHO, P. C. P. Introdução à Geometria Espacial. Rio de Janeiro: SBM, 2002.	
FERREIRA, E. B.; MAIA, F. A.; ALVES, M. R.; ALMEIDA, M. T. C.; FRANÇA. S. D. Geometria Dinâmica - contribuições do Geogebra para a Matemática na educação básica. Editora Appris, 2013.	
GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto e GIOVANNI JR, José Ruy. Matemática fundamental: uma nova abordagem. Volume único, São Paulo: FTD, 2002.	

<b>Componente Curricular:</b> : Prática de Ensino de Matemática IV	
<b>Carga Horária:</b> 50 horas	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Tecnologias na formação do professor de matemática. Recursos educacionais e tecnológicos, no ensino de Matemática, voltados ao Ensino Médio.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
DEMO, Pedro. Formação permanente e tecnologias educacionais. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2006.	
CAVALHEIRI, Alceu; ENGERROFF, Sérgio N. e SILVA, Jair da Costa. (org). As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora. Editora Biblios. Santa Maria – RS, 2013.	
MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Editora Papirus. São Paulo, 2000.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

BITTAR, M. O uso de software educacionais no contexto da aprendizagem virtual. In : Educação e Arte no Mundo Digital, pp. 73 à 96. Editora UFMS, Campo Grande, MS, 2000.

CARVALHO, Jose M. [et. al.]. História e Tecnologia no Ensino da Matemática. Editora Ciência Moderna. 1ª ed.. São Paulo, 2008.

BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e educação matemática. 5. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2012.

LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino da Matemática na Formação de Professores. Editora Autores Associados. 1ª ed.. São Paulo, 2006.

VALENTE, J. A. (org.) Computadores e conhecimento, repensando a educação. Campinas (SP): Gráfica da UNICAMP, 1993.

<b>Componente Curricular:</b> Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 5º semestre
<b>Ementa</b>	
Trabalho, educação, ciência e tecnologia. As metamorfoses do mundo do trabalho. As transformações científicas e tecnológicas e suas implicações no mundo do trabalho e no processo educativo. A formação do trabalhador no contexto atual. Políticas de educação profissional e de educação de jovens e adultos. Princípios e fundamentos da educação de jovens e adultos. Os sujeitos e a historicidade da educação de jovens e adultos. Métodos e processos de ensino e aprendizagem de jovens e adultos.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.	
GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: Teoria, pratica e proposta. São Paulo:Cortez Editora, 2007.	
BARCELOS, Valdo. Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos. 5ª ed. Editora Vozes. São Paulo, 2012.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Projeja: Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos : documento base. Brasília : MEC , 2009.	
CHARLOT, B. (org.). Os jovens e o saber : perspectivas mundiais . Porto Alegre: Artmed, 2001.	
FERREYRA, E. N. A linguagem oral na educação de adultos. Porto Alegre: Artmed, 1998.	
FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.	
SOARES, Leonico, GIOVANETTI, Maria Amélia e GOMES, Nilma Lima. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. 2.ed. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2007.	

<b>Componente Curricular:</b> Metodologias do Ensino de Matemática II	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 5º semestre
<b>Ementa</b>	
Estudo das metodologias de ensino: aprendizagem por projetos, história da matemática, resolução de problemas, investigação matemática, engenharia didática e a análise de erros. Livros didáticos no ensino de matemática. Parâmetros curriculares nacionais e suas relações com as diferentes metodologias de ensino estudadas.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. De C. Educação Matemática: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2012.	
BORBA, Rute; GUIMARAES, Gilda. Pesquisa em educação matemática- repercussões em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2009.	
MARTINS, Jorge Santos. O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

D'AMBRÓSIO, Ubiratam. Educação Matemática: da teoria à prática. 22.ed. Campinas: Papirus, 2011.

FERNANDO, Hernandez; MONTSERRAT, Ventura. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. 5 ed.. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

IFRAH, F. Os números – A História de uma Grande Invenção. São Paulo: Globo, 2001.

VALENTE, Vagner Rodrigues (Org.). Avaliação em matemática: história e perspectivas atuais. Campinas, SP. Papirus, 2008.

<b>Componente Curricular:</b> Fundamentos de Álgebra	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 5º semestre
<b>Ementa</b>	
Noções elementares de lógica. Números inteiros: construção axiomática, propriedades, indução matemática, divisibilidade. Algoritmo de Euclides. Números Primos. Teorema Fundamental de aritmética.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
DEAN, Richard A. Elementos de Álgebra Abstrata, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1974.	
DE MAIO, Waldemar. Fundamentos de Matemática - Álgebra - Espaços Métricos e Topológicos. Rio de Janeiro: LTC, 2010.	
ZAHN, Maurício. Introdução à Álgebra. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2013.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
DOMINGUES, H.; IEZZI G. Álgebra Moderna. São Paulo: Atual, 2003.	
HACK, Nilton F. R. Álgebra – uma introdução. Porto Alegre: EDPUCRS, 2009.	
SANTOS, J. Introdução à Teoria dos Números. Coleção matemática Universitária. 3ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2005.	
SHOKRANIAN, Salahoddin. Uma introdução à teoria dos números. Editora Ciência Moderna, 2008.	
SPIEGEL, M. R.; MOYER. R. E. Álgebra. Coleção Schaum.2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.	

<b>Componente Curricular:</b> Cálculo Diferencial e Integral III	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 5º semestre
<b>Ementa</b>	
Estudo das funções de duas ou mais variáveis. Limite e continuidade. Derivadas parciais e direcionais como taxa de variação. Interpretação geométrica do gradiente, rotacional e divergente. Plano tangente e reta normal a uma superfície. Estudo dos extremos relativos. Aplicações.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ANTON, Howard. Cálculo - Um Novo Horizonte v.1.Porto Alegre: Bookman, 2000.	
ÁVILA, Geraldo. Cálculo das Funções de Múltiplas Variáveis. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.	
SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica. Volume 2. São Paulo: Pearson, 2008.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 1985.	
IEZZI, Gelzon; MURAKAMI, Carlos; MACHADO, N. J. Fundamentos de Matemática elementar: limites, derivadas, noções de integral. 6.ed. São Paulo: Atual, 2004.	
LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica. v.2. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977.	
STEWART, James. Cálculo Vol. II. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 2001.	
THOMAS JÚNIOR, G. B. Cálculo. 11.ed. São Paulo: Pearson, 2009.	

<b>Componente Curricular:</b> Estágio Curricular Supervisionado I	
<b>Carga Horária:</b> 60 horas	<b>Período Letivo:</b> 5º semestre

<b>Ementa</b>
Inserção dos discentes em espaços educativos, nas diferentes modalidades e contextos do Ensino Fundamental. Leitura, análise e discussão da organização curricular da Matemática (sequência de conteúdos, definições, conceituação e dimensão). Organização do planejamento da prática docente. Planejamento de atividades didático-pedagógicas. Acompanhamento do trabalho docente na escola.
<b>Bibliografia Básica</b>
CANDAU, Vera Maria (Org.) Ensinar e Aprender: sujeitos e saberes e pesquisa. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. RJ: DP&A, 2000.
HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Artmed, 2001.
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 6ª. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.
<b>Bibliografia Complementar</b>
DALLA ZEN, Maria I.; XAVIER, Maria L. M. (Org). Planejamento em Destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000.
PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 21. ed. Campinas: Papirus, 2010.
PIMENTA, Selma G.(Coord.) Pedagogia, Ciência da Educação? São Paulo, Cortez, 1998.
VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 1999.
BECKER, Fernando. Educação e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

<b>Componente Curricular:</b> Prática de Ensino de Matemática V	
<b>Carga Horária:</b> 50 horas	<b>Período Letivo:</b> 5º semestre
<b>Ementa</b>	
Elaboração de propostas de ensino e de materiais didáticos. Análise de livros didáticos de Ensino Fundamental. Planejamento, experimentação e avaliação de experiências de prática de ensino envolvendo matemática para o Ensino Fundamental. Construção de recursos didático-pedagógicos com reaproveitamento de materiais, focalizando a educação ambiental e a aplicabilidade da matemática em questões ambientais.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). Alternativas emancipatórias em currículo. São Paulo: Cortez, 2007.	
VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11ª. ed. São Paulo: Libertad, 2009.	
LORENZATO, Sérgio. (Org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2006.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
CRUZ, C. Ribeiro, U. Metodologia Científica: teoria e prática, Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.	
FIORENTINI, D. y Lorenzato, S. Investigação em Educação Matemática: percursos teórico e metodológico, Campinas, SP: Autores Associados, 2006.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.	
PASSOS, C. L. B. Materiais manipuláveis como recursos didáticos na formação de professores de matemática. In: LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2006.	
RÊGO, R. M.; RÊGO, R. G. Desenvolvimento e uso de materiais didáticos no ensino de matemática. In: LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2006.	

<b>Componente Curricular:</b> Diversidade e Educação Inclusiva	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 6º semestre
<b>Ementa</b>	
Diversidade e escola inclusiva. Legislação e Políticas Públicas de Educação Inclusiva no Brasil. Acessibilidade. Dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais específicas. Tecnologias Assistivas. Políticas Afirmativas e Educação. Gênero e Educação. Educação e Diversidades: Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação em Direitos Humanos, dentre outras.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". Belo Horizonte: Mediação, 2009.	
LOPES, Maura Corcini; Hattge, Morgana Domênica (org). Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.	
TRINDADE, Azoilda Loretto da; DOS SANTOS, Rafael (Orgs.). Multiculturalismo: Mil e Uma Faces da Escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.	
CARVALHO, R. E. Temas em educação especial. 3ª ed. Rio de Janeiro: WVA Ed, 1998.	
D`ANGELIS, Wilmar. Leitura e Escrita em Escolas Indígenas. Ed. Mercado de Letras. Ed. 1997.	
MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 5 ed São Paulo: Cortez, 2005.	
MOURA, Maria Cecilia de. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.	

<b>Componente Curricular:</b> Libras	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 6º semestre
<b>Ementa</b>	
Representações históricas, cultura, identidade e comunidade surda; Políticas públicas e linguísticas na educação de surdos; Libras: aspectos gramaticais; Práticas de compreensão e produção de diálogos em Libras.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CAPOVILLA, CAPOVILLA Fernando César Capovilla. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue- Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Edusp, 2003.	
FELIPE, T. A. Introdução À Gramática de LIBRAS. Rio de Janeiro: 1997.	
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos. Editora Autentica, Minas Gerais, 7-12, 1998.	
BRANDÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras. Editora Global. São Paulo, 2011.	
TANYA A FELIPE, LIBRAS em Contexto. Brasília: LIBREGRAF, 2004.	
ELLIOT, A.J. A linguagem da criança. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.	
ELLIOT, A.J. Linguagem e Surdez. Porto Alegre, Artes Médicas, 2002.	

<b>Componente Curricular:</b> Álgebra Linear II	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 6º semestre
<b>Ementa</b>	
Vetores. Espaços vetoriais. Transformações lineares. Autovalores e autovetores. Ortogonalização de Gram-Schmidt. Polinômio minimal e forma de Jordan. Diagonalização de operadores.	
<b>Bibliografia Básica</b>	

LAY, D. C. Álgebra Linear e suas Aplicações. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
LIPSCHUTZ, S. Álgebra linear. 4.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2011.
WINTERLE, Paulo. Vetores e Geometria Analítica. São Paulo: Pearson, 2000.
<b>Bibliografia Complementar</b>
BOLDRINI, J. L; COSTA, S. R. C; FIGUEIREDO, V. L; WETZLER, H. G. Álgebra Linear. São Paulo: Harbra, 1986.
CALLIOLI, C. A; DOMINGUES, H. H; COSTA, R. C. F. Álgebra Linear e Aplicações. São Paulo: Atual. 1987.
HILL, David R.; KOLMAN, Bernard. Álgebra Linear com aplicações. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
LEON, S.J. Álgebra Linear com Aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
LIMA, E.L. Álgebra Linear. Rio de Janeiro: SBM, 1996.

<b>Componente Curricular:</b> Cálculo Diferencial e Integral IV	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 6º semestre
<b>Ementa</b>	
Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Integrais múltiplas em coordenadas cartesianas, polares, cilíndricas e esféricas. Integral de linha. Integrais de superfícies. Aplicações de integral múltipla no cálculo de área e volume. Introdução a séries e sequências.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
SIMMONS, George F. Cálculo com Geometria Analítica, Vol 2, São Paulo: Pearson, 2008.	
THOMAS, George. Cálculo: funções de uma variável. Rio de Janeiro: LTC, 2000.	
LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica (volume 2). Editora Harbra. São Paulo, 1994.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica (volume 1). Editora Harbra. São Paulo, 1994.	
ANTON, Howard, Bivens, Irl, Davis, Stephen. Cálculo.Vol 2, 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.	
FLEMMIG, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A. São Paulo: Makron Books, 2007.	
GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo, V.2. 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.	
GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo, V.4. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.	

<b>Componente Curricular:</b> Estágio Curricular Supervisionado II	
<b>Carga Horária:</b> 140 horas	<b>Período Letivo:</b> 6º semestre
<b>Ementa</b>	
Regência de classe no ensino fundamental, nas diferentes modalidades. Análise e discussão da ação docente. Elaboração de relatório de estágio.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CANDAU, Vera Maria (Org.) Ensinar e Aprender: sujeitos e saberes e pesquisa. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. RJ: DP&A, 2000.	
DALLA ZEN, Maria I. e XAVIER, Maria L. M. (Org). Planejamento em Destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000.	
HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Artmed, 2001.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

DALMÁS, Ângelo. Planejamento Participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis: Vozes, 1994.

ENGUIITA, M. Educar em tempos incertos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida; CALAZANS, Maria Julieta Costa e GARCIA, Walter. Planejamento Educacional no Brasil. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT ANA, Liza Marins. Por que planejar? Currículo - Área - Aula. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores. 4. ed. São Paulo: Érica, 2008.

**Componente Curricular:** Prática de Ensino de Matemática VI

**Carga Horária:** 50 horas

**Período Letivo:** 6º semestre

**Ementa**

Prática adaptadas à educação inclusiva no ensino de matemática. Construção e aplicação de materiais didáticos de matemática para a educação inclusiva.

**Bibliografia Básica**

BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 3ª. ed. Atual, Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

**Bibliografia Complementar**

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 3º ed. Editora mediação. Porto Alegre, 2011.

LOPES, M. C.; Hattge, M. D.; Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam. Autêntica editora. Belo Horizonte, 2009.

MAZZOTTA, Marcos. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Luzia. F. M. Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor. Porto Alegre: Mediação, 2009.

**Componente Curricular:** Equações Diferenciais Ordinárias

**Carga Horária:** 72 horas

**Período Letivo:** 7º semestre

**Ementa**

Equações diferenciais ordinárias de 1ª ordem; solução geral e particular e suas aplicações. Equações diferenciais ordinárias de 2ª ordem; solução geral e particular e suas aplicações.

**Bibliografia Básica**

AYRES JUNIOR, Frank. Equações Diferenciais. São Paulo: Makron Books, 1998.

BOYCE, William E. DIPRIMA, Richard C. Equações Diferenciais Elementares e Problemas de valores de Contorno. Edirora LTC. 9ª ed., Rio de Janeiro, 2010.

BRONSON, Richard e outros. Equações Diferenciais. São Paulo: Edgard Blucher, 1995.

**Bibliografia Complementar**

CURLE, Newby. Equações Diferenciais Aplicadas. São Paulo: Edgard Blucher, 1968.

DIACU, Florin. Introdução a Equações Diferencias. Editora LTC. 1ª ed.. Rio de Janeiro, 2004.

E.KREYSZIG. Matemática Superior. Vol 1 Editora LTC. 1ª ed.. Rio de Janeiro, 1976.

LEITHOLD, L.: O Cálculo com Geometria Analítica, Vol. 1. Harbra, 1994.

MAURER, Willie A. Curso de Cálculo Diferencial e Integral: Equações Diferenciais. São Paulo: Edgard Blucher, 1968.

<b>Componente Curricular:</b> História e Filosofia da Matemática	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>A Matemática a partir de uma perspectiva histórica. Descoberta e desenvolvimento dos conceitos: Origem da Matemática. A Matemática Egípcia e Babilônica. A Matemática Grega: a Matemática Pitagórica, a Idade Heroica e os três problemas famosos da antiguidade, Euclides e seus elementos e a Matemática grega depois de Euclides. A Matemática Chinesa, Hindu e Árabe. A Matemática na Europa de 500 a 1600. A alvorada matemática moderna. A geometria Analítica e os desenvolvimentos pré-cálculo. O cálculo e conceitos relacionados. O século XVIII e a exploração do cálculo. O século XIX e a libertação da Geometria e a Álgebra. A aritmetização da análise. A matemática no século XX.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>AABOE, Asger. Episódios da história antiga da Matemática. Sociedade Brasileira de Matemática, 1984.          BOYER, Carl B. História da Matemática. Editora Edgard Blücher Ltda. 3ªed.. São Paulo, 2013.          RICHARD, Courant e ROBBINS, Herbert. O que é a matemática? Ed. Ciência Moderna Ltda. Rio de Janeiro, RJ. 2000.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<p>DAVIS, Philip J. e HERSH, Ruben. A experiência matemática. Editora Francisco Alves. 4ª. Ed. Rio de Janeiro, 1989.          EVES, Haward. Introdução à História da Matemática. Ed, Unicamp. Campinas, São Paulo. 1997.          KASNER, Edward e NEWMAN, James. Matemática e Imaginação. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1976.          CARVALHO, Jose M. [et. al.]. História e Tecnologia no Ensino da Matemática. Editora Ciência Moderna. 1ª ed.. São Paulo, 2008.          PONTE J. P, BROCADO, J e OLIVEIRA, H. Investigações Matemática em Sala de Aula. Editora Autêntica, Belo Horizonte. 2005.</p>	

<b>Componente Curricular:</b> Cálculo Numérico	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Estudo de propagação de erros em aritmética de ponto flutuante. Cálculo de raízes de funções algébricas e transcendentais por métodos numéricos. Refinamento de soluções de sistemas. Aproximação de funções. Interpolação polinomial. Integração numérica e resolução de equações diferenciais pelo método Runge-Kutta.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>ARENALES, Selma; DAREZZO, Artur. Cálculo numérico: aprendizagem com apoio de software. São Paulo: Thompson, 2008.          BARROSO, Leônidas Conceição [et al.]. Cálculo numérico: (com aplicações). Editora Harbra, 2.ed.. São Paulo, 1987.          RUGGIERO, Marcia e LOPES, Vera Lucia da Rocha. Cálculo Numérico – Aspectos Teóricos e Computacionais. Editora Makron Books. 2ª ed. São Paulo, 1996.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<p>ARENALES, Selma, DAREZZO, Artur. Cálculo Numérico- Aprendizagem com Apoio de Software. Editora Cengage Learning LV, 1ª ed. 2007.          FRANCO, Neide Maria Bertoldi. Cálculo Numérico. Editora Pearson, 1ª ed. São Paulo, 2006.          LIMA, Antonio Carlos, Burian, Reinaldo. Fundamentos de Informática – Cálculo Numérico. Editora LTC, 1ª ed.. São Paulo, 2007.          ROQUE, Valdir. Introdução ao Cálculo numérico. Editora atlas, 2ª ed. São Paulo, 2000.          SPERANDIO, Décio [et al.]. Cálculo Numérico. Editora Pearson, 1ª ed. São Paulo, 2003.</p>	

<b>Componente Curricular:</b> Matemática Financeira	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	

Regra de sociedade. Porcentagem. Operações sobre mercadoria. Juro e desconto simples. Juro e desconto composto.
<b>Bibliografia Básica</b>
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações. 9.ed.. São Paulo: Atlas, 2007.
CASTELO BRANCO, Anísio Costa. Matemática financeira aplicada: método algébrico, hp-12c, microsoft excel. 2.ed.. São Paulo: Thomson, 2005.
ZENTGRAF, Walter. Matemática financeira: com emprego de funções e planilhas-modelo do excel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ARRUDA, Sérgio Roberto. Matemática Financeira ao alcance de quase todos. São Paulo: 2ª ed. Sagra, 1996.
CRESCO, Antônio Arnot. Matemática Comercial e financeira fácil. São Paulo: Saraiva, 1996.
DE FRANCISCO, W. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
FARO, C. Fundamentos de Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 2006.
SOBRINHO, J. D. V. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

<b>Componente Curricular:</b> Estágio Curricular Supervisionado III	
<b>Carga Horária:</b> 60 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	
Inserção dos licenciandos em espaços educativos, nas diferentes modalidades e contextos do Ensino Médio. Leitura, análise e discussão da organização curricular da Matemática (sequência de conteúdos, definições, conceituação e dimensão). Organização do planejamento da prática docente. Planejamento de atividades didático-pedagógicas. Acompanhamento do trabalho docente na escola.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CANDAUI, Vera Maria (Org.) Ensinar e Aprender: sujeitos e saberes e pesquisa. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. RJ: DP&A, 2000.	
HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Artmed, 2001.	
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BURIOLLA, M. A. F. Estágio supervisionado. São Paulo: Cortez, 2006.	
DALLA ZEN, Maria I. e XAVIER, Maria L. M. (Org). Planejamento em Destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000.	
ENGUITA, M. Educar em tempos incertos. Porto Alegre: Artmed, 2004.	
PIMENTA, Selma G.(Coord.) Pedagogia, Ciência da Educação? São Paulo, Cortez, 1998.	
VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 1999.	
<b>Componente Curricular:</b> Prática de Ensino de Matemática VII	
<b>Carga Horária:</b> 50 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	
Elaboração de propostas de ensino e de materiais didáticos. Análise de livros didáticos de Ensino Médio. Planejamento, experimentação e avaliação de experiências de prática de ensino envolvendo matemática para o Ensino Médio. Construção de recursos didático-pedagógicos com reaproveitamento de materiais, focalizando a educação ambiental e a aplicabilidade da matemática em questões ambientais.	
<b>Bibliografia Básica</b>	

<p>OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). Alternativas emancipatórias em currículo. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11ª. ed. São Paulo: Libertad, 2009.</p> <p>LORENZATO, Sérgio. (Org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2006.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p> <p>CRUZ, C. Ribeiro, U. Metodologia Científica: teoria e prática, Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.</p> <p>FIORENTINI, D. y Lorenzato, S. Investigação em Educação Matemática: percursos teórico e metodológico, Campinas, SP: Autores Associados, 2006.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.</p> <p>ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 12.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.</p> <p>RÊGO, R. M.; RÊGO, R. G. Desenvolvimento e uso de materiais didáticos no ensino de matemática. In: LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2006.</p>

<b>Componente Curricular:</b> Saberes Docentes e Formação Continuada	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 8º semestre
<b>Ementa</b>	
O saber docente. Saberes da Formação profissional. Saberes disciplinares. Saberes Curriculares. Saberes Experienciais. Saberes da Ação Pedagógica. Construção identitária e saberes docentes. Teorias da Formação de professores. Formação continuada em serviço.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.	
RAMALHO, Betania Leite; GAUTHIER, Clermont; NUNEZ, Isauro. Formar o Professor, Profissionalizar o Ensino. Perspectivas e Desafios. Porto Alegre: Sulina, 2004.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educacional. São Paulo: Paz e Terra, 1996.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
ALVES, Rubem. Estórias de quem gosta de ensinar. São Paulo: Papyrus, 2009.	
CLERMONT, Gauthier et al. Por uma Teoria da Pedagogia - Pesquisas sobre Contemporâneos sobre o Saber. Ijuí: Unijuí, 1998.	
IMBERNÓN, Francisco. Formação permanente do professorado: novas tendências. Sandra Trabucco Valenzuela (trad.) São Paulo: Cortez, 2009.	
OLIVEIRA, Luzia de Fatima de. Formação Docente na Escola Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2009.	
VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da. (orgs.). A escola mudou. Que mude a formação de professores. Campinas, SP: Papyrus, 2010.	

<b>Componente Curricular:</b> Fundamentos de Análise Matemática	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 8º semestre
<b>Ementa</b>	
Números reais. Sequências e séries de números reais. Noções de topologia da reta. Limites de funções de uma variável. Continuidade de funções de uma variável. Derivada de funções de uma variável. Integral de funções de uma variável.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ÁVILA, Geraldo. Análise matemática para licenciatura. São Paulo: Blücher, 2013.	
ÁVILA, Geraldo. Introdução à análise matemática. São Paulo: E. Blücher, 1999.	
FIGUEIREDO, D. G. Análise 1. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996.	

<b>Bibliografia Complementar</b>
ANTON, Howard. Cálculo - Um Novo Horizonte v.1. Porto Alegre: Bookman, 2000.
LIMA, Elon Lages. Curso de Análise. V. 1. Editora Livros Técnicos e Científicos, 1971.
LIMA, Elon Lages. Análise Real. Coleção Matemática Universitária, v.1. SBM, Rio de Janeiro, 2001.
SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica. Volume 2. São Paulo: Pearson, 2008.
SIMÕES, Vasco. Análise Matemática I. Portugal: Orion, 2009.

<b>Componente Curricular:</b> Tópicos de Física Elementar	
<b>Carga Horária:</b> 72 horas	<b>Período Letivo:</b> 8º semestre
<b>Ementa</b>	
Cinemática, dinâmica, trabalho e energia. Princípio de conservação (Energia e momentum).	
<b>Bibliografia Básica</b>	
HALLIDAY, David; RESNICK, Robert ; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física. 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.	
HEWITT, P. G. Física Conceitual. Porto Alegre: Bookman, 2002.	
NUSSENZVEIG, Moyses Herch. Curso de Física básica. 4ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
ALVARENGA, B. MÁXIMO, A. Curso de Física v.1,v.2. São Paulo: Scipione, 2000.	
CHAVES, Aloar . Física Básica: mecânica. Rio de Janeiro LTC, 2007.	
FEYMANN, Richard P.; Leighton, Robert B.; Sands, Matthew. Lições de física V.1. Porto Alegre: Bookman, 2009.	
HEWITT, Paul.G. Física Conceitual. 9 ed. Porto Alegre: Bookmam, 2008.	
TIPLER, Paul.A.; MOSCA, Gene. Física V.1 - Mecânica, Oscilações e ondas, termodinâmica . 6 ed. São Paulo: LTC, 2009.	
<b>Componente Curricular:</b> Estágio Curricular Supervisionado IV	
<b>Carga Horária:</b> 140 horas	<b>Período Letivo:</b> 8º semestre
<b>Ementa</b>	
Regência de classe no ensino médio, nas diferentes modalidades. Análise e discussão da ação docente. Elaboração de relatório de estágio.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CANDAUI, Vera Maria (Org.) Ensinar e Aprender: sujeitos e saberes e pesquisa. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. RJ: DP&A, 2000.	
DALLA ZEN, Maria I. e XAVIER, Maria L. M. (Org.) Planejamento em Destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000.	
HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Artmed, 2001.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
PIMENTA, Selma G.(Coord.) Pedagogia, Ciência da Educação? São Paulo, Cortez, 1998.	
VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 1999.	
D'AMBROSIO, Ubiratan. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986.	
D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria a prática. 23. ed. Campinas: Papirus, 2012.	
D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.	
<b>Componente Curricular:</b> Prática de Ensino de Matemática VIII	

<b>Carga Horária:</b> 50 horas	<b>Período Letivo:</b> 8º semestre
<b>Ementa</b>	
Formação continuada do professor de matemática: conhecimento e discussão de produções científicas realizadas em formações continuadas.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.	
RAMALHO, Betania Leite; GAUTHIER, Clermont; NUNEZ, Isauro. Formar o Professor, Profissionalizar o Ensino. Perspectivas e Desafios. Porto Alegre: Sulina, 2004.	
COSTA, M. V. Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BRANDÃO, C. R. A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.	
COLL, César. Aprendizagem escolar e construção de conhecimento, Porto Alegre, Armed, 1994.	
MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo, EPU, 1999.	
SANTOS, M. E. V. M. Mudança conceptual na sala de aula. Lisboa, Livros Horizonte, 1991.	
CESAR, Julio; SANTOS, Furtado dos. Aprendizagem significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. Porto Alegre: Mediação, 2008.	

#### 4.13.2. Componentes curriculares eletivos

##### 4.13.2.1. Eletivas Pedagógicas

<b>Componente Curricular:</b> O professor e a gestão democrática	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	
Histórico da administração escolar no Brasil. O papel do professor dos diferentes modelos de gestão escolar. A gestão democrática e o professor enquanto gestor escolar. Gestão do pedagógico. Perfil do gestor escolar. Políticas atuais de gestão escolar.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
FREIRE, Wendel (Org). Gestão Democrática: reflexões e práticas do/no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.	
HORA, Dinair Leal da. Gestão Democrática na Escola - Arte e Ofício da Participação Coletiva. Campinas São Paulo, Papirus, 1994.	
LIBANEO, Jose Carlos. Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática. 6ª ed. São Paulo: Editora Heccus, 2013.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BRZEZINSKI, I. (org). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.	
LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.	
PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. 1ª ed. São Paulo: Ed. ática, 2007.	
VEIGA, Passos A. Projeto Político Pedagógico da Escola - 29ª Ed. Campinas: Papirus, 2011.	

<b>Componente Curricular:</b> Indisciplina e Mediação de Conflitos em Sala de Aula	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	
Indisciplina em sala de aula. Concepções de indisciplina, violência e conflitos. O professor e as situações de conflito. A postura do professor diante do conflito.	

<b>Bibliografia Básica</b>
AQUINO, G. J. (Org). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.
PARRAT-DAYAN, Silvia. Como enfrentar a indisciplina na escola. São Paulo: contexto, 2008.
PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. Pais e Educadores: quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação, 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ANTUNES, Celso. A linguagem do afeto: como ensinar virtudes e transmitir valores. Campinas, São Paulo. Papyrus, 2005.
ARAÚJO, Carla. A Violência Desce para a Escola: suas manifestações no Ambiente Escolar e a Construção da Identidade dos Jovens. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
LA TAYLLE, Yves de. (Org.). Indisciplina/disciplina: ética, moral e ação do professor. Porto Alegre: Mediação, 2010.
OLIVEIRA, Maria Izete de. Indisciplina escolar: determinantes, conseqüências e ações. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2010.

<b>Componente Curricular:</b> Políticas de Educação Profissional	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	
As origens da Educação Profissional no Brasil. A educação profissional nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
BATISTA, Eraldo Leme, MULLER, Meire Terezinha. A Educação Profissional no Brasil - História, Desafios e Perspectivas para o Século 21. Campinas: Alínea e Átomo, 2013	
MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.	
PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2010.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BRASIL. PARECER CNE/CEB Nº 16 de 21 de janeiro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: 1999.	
KUENZER, Acácia. Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.	
SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.	
MANACORDA, M. A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.	
SANTOS, E. H. Metodologia para a construção de uma política de formação inicial e continuada de profissionais da educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, 2004.	

<b>Componente Curricular:</b> LIBRAS II	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	
Aspectos gramaticais da LIBRAS; Atribuições do Professor e do intérprete de LIBRAS; A comunicação em Língua Brasileira de Sinais; Adaptações necessárias para o processo de ensino aprendizagem do aluno surdo.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius. Surdez, Inclusão e Matemática. Curitiba: CRV, 2013.	
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras - conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.	
QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. Leitura e Surdez - um estudo com adultos não oralizados. 2.ed. Editora Revinter, 2012.

BRANDÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras. Editora Global. São Paulo, 2011.

CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3.ed. : Edusp, 2008.

DORZIAT, Ana. O Outro da Educação: Pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FELIPE, T. A. Introdução à Gramática de LIBRAS. Rio de Janeiro: 1997.

<b>Componente Curricular:</b> Tecnologia da Informação e Comunicação Avançada	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 7º semestre
<b>Ementa</b>	
Os conceitos e as teorias sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A formação inicial e continuada com o uso de tecnologias. Os tipos de ferramentas virtuais de aprendizagem e sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem. Os Objetos Educacionais como instrumentos didáticos. O Ensino a Distância e suas múltiplas possibilidades de ensino não presencial. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e a inclusão social.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
COSTA, José Wilson da; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). Novas Linguagens e novas tecnologias: educação e sociabilidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.	
DEMO, Pedro. Formação permanente e tecnologias educacionais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.	
MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21ª ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2013.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
MOLLICA, Maria Cecilia. Sujeitos em ambientes virtuais: Festschriften para Stella Maris Bortoni-Ricardo. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2015.	
MUNHOZ, Antonio Siemens. O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático. 1ª ed. Curitiba: InterSaberes, 2013. (Tecnologias Educacionais)	
PEREIRA, Alice T. Cybis (Org.). Ambientes virtuais de aprendizagem: em diferentes contextos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.	
FREIRE, Wendel (Org.). Tecnologia e educação: as mídias na prática docente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.	
MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Informática e educação inclusiva: discutindo limites e possibilidades. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2006.	

#### 4.13.2.2. Eletivas Específicas

<b>Componente Curricular:</b> Matemática Financeira II	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 8º semestre
<b>Ementa</b>	
Sequência de capitais. Capitalização. Amortização de empréstimos.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: produtos e serviços. Qualitymark Ed., Rio de Janeiro, 2005.	
HAZZAN, Samuel. Matemática financeira. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.	
BRUNI, Adriano Leal. Matemática Financeira. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

MATHIAS, Washington Franco; Gomes, José Maria. Matemática financeira: com + de 600 exercícios resolvidos e propostos. 6.ed.. São Paulo: Atlas, 2009.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. Ed. compacta. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos. 4.ed.. São Paulo: Pearson, 2007.

SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática Financeira. Editora Pearson Education. 5ª ed.. São Paulo, 2010.

ELIA, Bruno S. [et. al.]. Matemática Financeira Aplicada. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1ª ed.. São Paulo, 2009.

<b>Componente Curricular:</b> Modelagem Matemática	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 8º semestre
<b>Ementa</b>	
Estudo da Modelagem Matemática como método de pesquisa científica. Elaboração de projetos de modelagem matemática. Construção de modelos matemáticos de diversos fenômenos, incluindo a sua implementação, simulação numérica e análise de resultados e para tanto serão desenvolvidos conceitos e técnicas relacionados a algoritmos numéricos, comandos de repetição, comandos de controle, elaboração, depuração e execução de programas computacionais. Elaboração de procedimentos e/ou programas envolvendo modelos matemáticos e a sua resolução através do uso do computador como ferramenta.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ALMEIDA, Lourdes Werle de. Modelagem Matemática na Educação Básica. 1ª ed. Editora contexto, São Paulo, 2013.	
BASSANEZI, Rodney Carlos. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia. Vol. único. São Paulo: Contexto, 2009.	
HANSELMAN, Duane C., Bruce C. Littlefield. Matlab 6 Curso Completo. Editora: Prentice Hall Brasil: Edição 1.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
ANDRADE, Lenimar Nunes de. Introdução a Computação Algébrica com o Maple. Editora: Sociedade Brasileira de Matemática. 2004.	
ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes, VENERUCHI, Edilene Aparecida. Fundamentos de Programação de Computadores. São Paulo: Prentice-Hall, 2005.	
CLÁUDIO, DALCIDIO M. e outros. Fundamentos da matemática computacional. DC Luzzatto, 1987.	
FORBELLONE, Luiz Villar, EBERSPACHER, Henri F. Lógica de Programação: A Construção de Algoritmos e Estruturas de Dados. Makron Books, 2005.	
SVIERCOSKI, Rosangela F. Matemática aplicada às ciências agrárias: análise de dados e modelos. Viçosa: UFV, 2008.	

<b>Componente Curricular:</b> Probabilidade	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 8º semestre
<b>Ementa</b>	
Cálculo de probabilidades. Teorema de Bayes. Variáveis aleatórias discretas. Variáveis Aleatórias contínuas. Distribuições de probabilidades.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
MAGALHÃES, Marcos Nascimento e LIMA, Antônio Carlos Pedroso. Noções de Probabilidade e Estatística. 4ª ed. Editora USP. São Paulo, 2002.	
COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira; CYMBALISTA, Melvin. Probabilidades: resumos teóricos - exercícios resolvidos - exercícios propostos. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2006.	
HOFFMANN, Rodolfo. Estatística para economistas. 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1991.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

WITTE, Robert S.; WITTE, John S. Estatística. Tradução de Teresa Cristina Padilha de Souza; revisão técnica Eduardo Benedito Curtolo. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2010.

OLIVEIRA, Francisco E. M., Estatística e Probabilidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1999.

VIEIRA, Sonia. Estatística Básica. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SPIEGEL, Murray M. Estatística. Coleção schaum. 4 ed. São Paulo: Bookman, 2009.

<b>Componente Curricular:</b> Variáveis Complexas	
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Período Letivo:</b> 8º semestre
<b>Ementa</b>	
Estudo dos números complexos incluindo operações, representação geométrica, valor absoluto e desigualdades. Teorema de Moivre. Domínio e imagem de funções complexas. Funções harmônicas e conjugadas. Função exponencial e função logarítmica com solução complexa.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
IEZZI, Gelzon. Fundamentos de matemática elementar: números complexos, polinômios, equações. 7.ed. São Paulo: Atual, 2005. v.6.	
ÁVILA, Geraldo. Variáveis complexas e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 1990.	
SPIEGEL, M. R. Variáveis complexas. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
CHURCHILL, Ruel V. Variáveis Complexas e suas aplicações. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.	
LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. v.1. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977.	
BIANCHINI, Edwaldo. Curso de matemática. São Paulo: Moderna, 1994.	
GIOVANNI, José Ruy. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002.	
ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. Volume 2, Porto Alegre: Bookman, 2000.	

## 5. Corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação

### 5.1. Corpo Docente

Descrição			
Nº	Nome	Formação	Titulação/IES
1	Alexsandro Queiroz Lencina	Licenciatura em Matemática	Especialista em Matemática e Física
2	Aline da Rosa Parigi	Licenciatura em Matemática	Mestre em Matemática Aplicada
3	Bruno Siqueira da Silva	Licenciatura em Matemática Bacharelado em Sistemas de Informação	Especialista em Docência no Ensino Superior
4	Barbara Valle	Licenciatura em Filosofia	Mestre em Filosofia
5	Carine Girardi Manfio	Licenciatura em Matemática	Mestre em Matemática
6	Carla Tatiane Zappe	Licenciatura em Educação Especial	Mestre em Educação Especial
7	Cristiane Ludwig	Licenciatura em Pedagogia	Mestre em Educação Doutora em Educação
8	Eliane Quincozes Porto	Licenciatura em Educação Especial	Especialista em Psicopedagogia
9	Fernanda Hart Garcia	Licenciatura em Matemática	Mestre na Ciência da Modelagem Matemática
10	Frank Jonis Flores de Almeida	Licenciatura em Matemática	Mestre na Ciência da Modelagem Matemática

11	Graciele Turchetti de Oliveira Denardi	Licenciatura em Português	Mestre em Letras Doutora em Letras
12	Kellem de Melo Soares	Licenciatura em Matemática	Mestre na Ciência da Modelagem Matemática
13	Lidiane Schimitz Lopes	Licenciatura em Matemática	Mestre em Ensino de Ciências e Matemática
14	Mairon Melo Machado	Licenciatura em Física	Mestre em Física Doutor em Ciências
15	Maria Teresinha Verle Kaefer	Licenciatura em Pedagogia	Mestre em Educação
16	Odaír Menuzzi	Licenciatura em Matemática	Doutor em Engenharia Mecânica
17	Rafael Baldiati Parizi	Bacharelado em Ciência da Computação	Especialização em Docência no Ensino Superior Mestre em Computação
18	Taniamara Vizzotto Chaves	Licenciatura em Física	Mestre em Educação Doutora em Educação
19	Vanessa de Cassia Pistóia Mariani	Licenciatura em Pedagogia	Mestre em Educação em Ciências

### 5.1.1. Atribuições do Coordenador

O Coordenação do Curso tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização das atividades curriculares, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatuto do Instituto Federal Farroupilha.

A Coordenação de Curso tem caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do Instituto Federal Farroupilha, por meio do diálogo com a Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino e Núcleo Pedagógico Integrado.

Além das atribuições descritas acima, a coordenação de curso superior segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IF Farroupilha que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

### 5.1.2. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é o órgão consultivo responsável por: acompanhar e debater o pro-

cesso de ensino e aprendizagem, promovendo a integração entre os docentes, discentes e técnicos administrativos em educação envolvidos com o curso; garantir à formação profissional adequada estudantes, prevista no perfil do egresso; responsabilizar-se com as adequações necessárias para garantir qualificação da aprendizagem no itinerário formativo dos estudantes em curso; avaliar as metodologias aplicadas no decorrer do curso, propondo adequações quando necessárias; debater as metodologias de avaliação de aprendizagem aplicadas no curso, verificando a eficiência e eficácia, desenvolvendo métodos de qualificação do processo, entre outra inerentes as atividades acadêmicas.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática é composto de acordo com a Instrução Normativa nº 05/2004, elaborada e aprovada pela Pró - Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino.

#### 5.1.2.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE - é um órgão consultivo, responsável pela concepção, implantação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal Farroupilha.

Cada curso de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia - oferecido pelo Instituto Federal Farroupilha deverá constituir o Núcleo Docente Estruturante.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. I - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;
- II. II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- V. V - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, zelando pela sua integral execução;
- VI. VI - propor alternativas teórico-metodológicas que promovam a inovação na sala de aula e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem;
- VII. VII - participar da realização da auto-avaliação da instituição, especificamente no que diz respeito ao curso, propondo meios de sanar as deficiências detectadas;
- VIII. VIII - acompanhar os resultados alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - estabelecendo metas para melhorias.

O Núcleo Docente Estruturante está assim composto:

Odair Menuzzi (Presidente)  
Frank Jonis Flores de Almeida  
Kellem de Melo Soares  
Alexsandro Queiroz Lencina  
Fernanda Hart Garcia  
Taniamara Vizzotto Chaves  
Cristiane Ludwig (Pedagoga)  
Aline da Rosa Parigi (Suplente)  
Lidiane Schimitz Lopes (Suplente)

O Núcleo Docente Estruturante está regulamentado por meio de Instrução Normativa nº 04/2014/PROEN elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino.

## 5.2. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Descrição			
Nº	Nome	Cargo	Formação
1	Alex Eder da Rocha Mazzuco	Analista de Tecnologia da Informação	Bacharelado em Informática Especialização em Sistemas de Informação
2	Ângela Regina Almeida	Técnico em Enfermagem	Técnica em Enfermagem
3	Angélica Curtis Fernandes	Auxiliar em Administração	Ensino Médio
4	Antônio Cândido Silva da Silva	Auxiliar em Administração	Graduação em Direito Especialização em Administração Pública
5	Aparecida Tania Lamberte	Pedagoga – Supervisora	Graduação em Pedagogia (Hab. supervisão/ Adm. Escolar) e Estudos Sociais (Hab. História) Especialização em História
6	Bianca Bueno Ambrosini	Tec. Assuntos Educacionais	Licenciatura em Ciências Biológicas Mestrado em Educação
7	Carla Zimmermann Tuzin dos Santos	Enfermeira	Enfermagem Especialização em Docência Universitária
8	Carolina Aquino de Aquino Anklam	Assistente em Administração	Graduação em Ciências Biológicas Especialização em Educação Ambiental
9	Cleonice Paula dos Santos	Assistente em Administração	Ensino Médio
10	Deise Busnelo Prestes	Técnico em Laboratório/Cozinha	Ensino Médio
11	Denise Belchor de Santis	Técnica em Alimentos e Laticínios	Bacharelado em Química Industrial Especialização em Docência da Química
12	Diego Berwald	Técnico em Contabilidade	Bacharel em Ciências Contábeis Especialização em Controladoria
13	Dione Andrade Olea	Assistente de alunos	Licenciatura em Letras
14	Dionis Janner Leal	Assistente em Administração	Bacharel em Direito
15	Douglas Ricardo Boardman dos Reis	Assistente em Administração	Ensino Médio
16	Elias da Silva Roballo	Assistente em Administração	Tecnólogo em Gestão Pública
17	Elisandro Abreu Coelho	Relações Públicas	Bacharelado em Comunicação Social
18	Gerson Luis dos Santos	Assistente em Administração	Técnico em Administração
19	Hermes Altermann Vercelhesi	Auxiliar de Biblioteca	Bacharelado em Administração Especialização em Gestão Pública
20	Izabel Espindola Barbosa	Auxiliar de Biblioteca	Tecnólogo em Gestão de Marketing Especialização em Gestão Pública
21	Jaderson Pinto Neves	Assistente de Alunos	Ensino Médio
22	Jean Jaderson Turba	Assistente em Administração	Tecnólogo em Gestão Pública Especialização em Pregão Eletrônico
23	Jeferson Köhler Kunz	Assistente em Administração	Técnico em Administração

24	Joanilto Vilella	Assistente de Alunos	Graduação em Letras Pós-graduação em Interdisciplinaridade Especialização em Mídias na Educação.
25	João Carlos Bilhalba de Lima	Tec. Tecnologia Informação	Bacharelado em Web Design e Programação
26	Jordão Benetti	Assistente em Administração	Graduação em Gestão Pública Mestre em Desenvolvimento Regional
27	Jorge Damião Nunes Fonseca	Assistente em Administração	Graduação em Gestão Pública Especialização em MBA em Administração Pública e Gerência de cidades
28	Juliane Maria Truccolo	Assistente em Administração	Bacharelado em Educação Física Especialização em Nutrição Humana e Saúde Especialização em Ciência do Movimento Humano
29	Laiane Frescura Flores	Técnico em Secretariado	Tecnólogo em Gestão Pública Especialização em MBA em Gestão Pública
30			Técnica em Secretariado
31	Larissa Scotta	Tec. Assuntos Educacionais	Licenciatura em Letras Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos
32	Liziane da Silva de Vargas	Nutricionista	Bacharel em Nutrição Licenciatura em Educação Física Especialização em Atividade Física, Desempenho Motor e Saúde
33	Luciano Tonetto dos Santos	Médico	Graduação em Medicina Especialização em Saúde Pública
34	Maicon da Silva Camargo	Assistente em Administração	Bacharelado em Administração
35	Marta Rejane Trindade de Lima	Bibliotecária Documentalista	Graduação em Biblioteconomia Especialização em Gestão de bibliotecas
36	Martina Garcia Barbosa	Psicóloga	Bacharelado em Psicologia Especialização em Gestão de Pessoas
37	Newton Del Cueto Gonçalves	Técnico em Laboratório/ Área Cozinha	Tecnólogo em Hotelaria
38	Nitiele Farias de Paula	Assistente Social	Graduação em Serviço Social
39	Pablo Brauner Viegas	Analista de Tecnologia da Informação	Bacharelado em Ciência da Computação
40	Philippe de Faria Corrêa Grey	Auditor	Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais Especialização em Direito Público

41	Renilza Carneiro Disconci	Técnico em Assuntos Educacionais	Graduação em Pedagogia Especialização em Coordenação Pedagógica
42	Rodolfo Porciuncula Matte	Técnico em Contabilidade	Bacharelado em Ciências Contábeis Mestre em Gestão Estratégica de Organizações
43	Sabrina Orth	Assistente em Administração	Bacharelado em Direito Especialização em Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública
44	Sabrina Hundertmarch Paz	Odontóloga	Bacharelado em Odontologia Mestre em Odontologia
45	Saulo Eder da Rocha Mazzuco	Assistente em Administração	Bacharelado em Gestão Pública Especialização em Administração Pública e Gerência de cidades
46	Taisa Paula Palczykowski Fin	Administradora	Bacharelado em Administração de Empresas Especialização em Marketing
47	Valter Oscar da Silveira Olea	Engenheiro Civil	Bacharelado em Engenharia Civil
48	Vinicius Amaral Piegas	Contador	Técnico em Contabilidade

### 5.3. Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação

O Programa de Desenvolvimento dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos do IF Farroupilha deverá efetivar linhas de ação que estimulem a qualificação e a capacitação dos servidores para o exercício do papel de agentes na formulação e execução dos objetivos e metas do IF Farroupilha.

Entre as linhas de ação deste programa estruturam-se de modo permanente:

- a. Formação Continuada de Docentes em Serviço;
- b. Capacitação para Técnicos Administrativos em Educação;
- c. Formação Continuada para o Setor Pedagógico;
- d. Capacitação Gerencial.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, através da Coordenação de Gestão de Pessoas é responsável por articular e desenvolver políticas de capacitação de servidores.

## 6. Instalações físicas

O Campus oferece aos estudantes do Curso Superior de Licenciatura em Matemática uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, conforme descrito nos itens a seguir:

### 6.1. Biblioteca

O Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja opera com o sistema especializado de gerenciamento da biblioteca, Pergamum, possibilitando fácil acesso ao acervo que está organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

A biblioteca oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo virtual e físico, orientação bibliográfica e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento próprio.

## 6.2. Áreas de ensino específicas

<b>Espaço Físico Geral - Prédio 2</b>	<b>Qtde.</b>
Sala de aula com 1 quadro branco, 1 ar-condicionado, 1 mesa escritório, 1 cadeira estofada, 1 projetor, 35 conjuntos escolares	18
Banheiro Masculino com 4 mictórios, 5 sanitários sendo 1 para alunos PNE, 5 pias e espelho	4
Banheiro Feminino com 5 sanitários, sendo 1 para alunos PNE, 5 pias e espelho	4
Sala de Convivência: Hall com sala de convivência, computadores, jogos interativos	1
Sala do Diretório Acadêmico e Grêmio Estudantil, com 1 quadro, uma mesa para reuniões	1
Sala Direção de Pesquisa, Extensão e Produção, com 3 mesas, 5 cadeiras, 1 telefone, 2 computadores, 3 armários, 1 gaveteiro, 1 quadro branco pequeno, 2 estabilizadores, 1 ar-condicionado	1
Sala Coordenação de Extensão, com 1 notebook, 1 computador de mesa, 5 mesas, 2 arquivos de aço, 3 armários, 1 ar-condicionado, 1 quadro branco, 1 poltrona pequena, 4 cadeiras, 1 conjunto de 3 cadeiras conjugadas, 1 telefone	1
Sala Coordenação do Eixo Informação e Comunicação e Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, com 2 armários, 2 mesas, 2 cadeiras giratórias, 2 computadores de mesa, 1 quadro, 2 cadeiras fixas, 1 armário pequeno	1
Sala da Coordenação do Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo e Coordenação PROEJA, com 2 armários, 2 mesas, 2 cadeiras giratórias, 2 computadores de mesa, 1 quadro, 2 cadeiras fixas, 1 armário pequeno	1
Sala Coordenação de Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática, com 2 armários, 2 mesas, 2 cadeiras giratórias, 2 computadores de mesa, 1 quadro, 2 cadeiras fixas, 1 armário	1
Coordenação NEAD, com 1 ar-condicionado, 2 mesas, 1 armário grande, 1 mesa para reunião	1
Auditório com 120 cadeiras, projetor multimídia, computador, sistema de caixa acústica e microfones	1

<b>Espaço Físico Geral - Prédio 1</b>	<b>Qtde.</b>
Sala da Direção Geral, com 1 telefone, 1 notebook, 1 armário, 1 cadeira de escritório, 1 mesa, 1 sofá, 2 gaveteiros pequenos, 1 ar-condicionado	1
Sala Chefia de Gabinete, com 2 telefones, 1 cafeteira, 01 notebook, 1 computador de mesa, 2 cadeiras fixas, 3 armários, 3 cadeiras de escritório, 3 mesas, 1 sofá, 01 ar-condicionado	1
Sala de Reuniões e Videoconferência, com 1 TV, 1 aparelho de videoconferência; 8 cadeiras estofadas; 1 mesa de reunião; 1 ar-condicionado.	1
Banheiro Masculino com 1 mictório, 1 sanitário (PNE), 1 pia e espelho	2
Banheiro Feminino com 2 sanitários, sendo 1 PNE, 1 pia e espelho	2
Sala Coordenação de Orçamento e Finanças, com 3 mesas escritório; 2 armários de madeira; 1 telefone; 2 computadores; 3 cadeiras giratórias; 1 ar-condicionado	1
Sala do Auditor e Contador, com 2 mesas escritório; 2 armários de madeira; 1 telefone; 2 computadores; 2 cadeiras giratória; 1 ar-condicionado	1
Sala Coordenação de Licitação e Compras, com 1 telefone, 1 ar condicionado, 2 computadores, 1 netbook, 2 gaveteiros, 3 cadeiras, 4 armários	1
Sala Coordenação de Infraestrutura, com 2 mesas escritório; 2 armários de madeira; 1 telefone; 2 computadores; 2 cadeiras giratórias; 1 ar-condicionado.	1
Sala Direção de Administração, com 2 mesas escritório; 2 armários de madeira; 01 telefone; 2 computadores; 2 cadeiras giratórias; 1 ar-condicionado	
Sala Coordenação de Engenharia com 2 mesas escritório; 2 armários de madeira; 1 telefone; 2 computadores; 2 cadeiras giratórias; 1 ar-condicionado	1

Sala Coordenação de Gestão de Pessoas, com 3 mesas escritório; 4 armários de madeira; 1 telefone; 2 computadores; 3 cadeiras giratórias; 1 ar-condicionado	1
Sala Telefonista, com 1 mesa escritório; 1 armário de madeira; 2 telefones; 1 computador; 1 cadeira giratória; 1 ar-condicionado.	1
Sala Direção de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, com 1 armário, 2 cadeiras, 1 mesa de escritório, 1 computador, 1 ar-condicionado, 1 estabilizador, 02 gaveteiros, 1 telefone	1
Sala Direção de Ensino com 1 mesa escritório; 1 computador; 1 ar-condicionado; 1 estabilizador; 2 armários de madeira; 1 telefone	1
Sala Coordenação Geral de Ensino, com 1 ar-condicionado, 2 mesas, 5 armários de 2 portas, 1 computador de mesa, 2 cadeiras de escritório, 1 cadeira fixa.	1
Setor de Registros Acadêmicos com 10 armários, 05 cadeiras, 05 Mesas para computadores, 1 arquivo, 1 estante, 2 conjuntos de 3 cadeiras conjugadas, 4 computadores, 1 Impressora e 1 mesa, 1 balcão	1
Sala Setor de Apoio Pedagógico, com 1 ar-condicionado, 6 mesas, 1 armário de 2 portas, 4 computadores de mesa, 4 cadeiras de escritório	1
Sala dos Servidores, com 14 cadeiras, 2 mesas de reuniões, 1 ar-condicionado, 2 impressoras, 1 televisão, 3 sofás, escaninho	1
Gabinete de Professores dos Cursos de Licenciatura, com 8 mesas e 8 cadeiras	1
Gabinete de Professores do Eixo Informação e Comunicação, com 8 mesas e 8 cadeiras	1
Gabinete de Professores do Turismo, Hospitalidade e Lazer, com 8 mesas e 8 cadeiras	1
Biblioteca, com aproximadamente 6000 livros, 5 ar condicionados, 1 aparelho de telefonia fixo, 1 sistema antifurto, 15 estabilizadores, 15 computadores, 4 armários, 1 guarda-volumes, 30 cadeiras estofadas fixas, 20 estantes metálicas face dupla, 6 cadeiras giratórias, 2 sofás para recepção, 1 quadro mural, 1 armário em madeira, 3 mesas retangulares de reuniões, 2 estantes metálicas para bibliotecas, 9 estações para estudos, 3 baias de atendimento, 2 banheiros	1
Salas de Estudo da Biblioteca, com Salas de estudo coletivo, 2 mesas; 8 cadeiras	2
Sala de vídeo da biblioteca, com lugares para 15 cadeiras	1
Salão da Biblioteca, com mobiliário para estudos individuais e em grupo	1
Cozinha com 1 balcão pia; 1 geladeira; 1 micro-ondas; 1 mesa	2

<b>Laboratório específico do Curso</b>	<b>Qtde.</b>
Laboratório de Física, 52 m <sup>2</sup> , com ar-condicionado; 8 dominós formas geométricas; 2 mesa de física; 1 gaveteiro; 1 estante com 3 portas baixas; 6 bancadas; 1 quadro escolar; 1 mesa para escritório	1

<b>Laboratórios</b>	<b>Qtde.</b>
Laboratórios de Informática, com 30 computadores, ar-condicionado, projetor multimídia; 30 Mesas retangulares, 30 cadeiras, 30 nobreaks, 1 swit em cada sala	4
Laboratório de Química com capacidade para 30 alunos e 52 m <sup>2</sup> . Possui 1 Medidor de pH.; 01 balança eletrônica; 01 cromatógrafo líquido; 1 deionizador; 1 centrífuga elétrica; 1 chuveiro e lava olhos; 1 manta aquecedora; 1 dessecador a vácuo; 1 destilador tipo clewenger; 1 evaporador rotativo; 1 fotometro; 1 agitador de tubos tipo vórtex; 1 agitador magnético; 1 estufa de esterilização; 1 agitador magnético com aquecimento; 1 condicionador de ar; 1 bomba a vácuo; 1 forno mufla; 1 destilador tipo pilsen; 2 armários de madeira.	1
Laboratório de Biologia com capacidade para 30 alunos e 52 m <sup>2</sup> . Possui banqueta estofada; cadeira, mesa para escritório; quadro branco em fórmica, conjunto de mobiliário bancada; armário para guardar microscópios; destilador de água pilsen	1

Laboratório de Matemática, com capacidade para 50 alunos e 52 m². Possui ar-condicionado, bancadas, 1quadro escolar, armários.	1
Laboratórios de gastronomia: salas com bancadas, pias, equipamentos e utensílios próprios para atender as dinâmicas de aulas e atividades propostas.	4
Laboratórios de línguas: com 30 mesas, 30 cadeiras e computadores com softwares específicos para o ensino de línguas estrangeiras	1
Laboratório de Hospedagem: Ambiente simulando unidade habitacional de hotel, contendo mobiliário, enxoval e equipamentos de governança, ar-condicionado.	1

### 6.3. Área de esporte e convivência

Esporte e convivência	Qtde.
Ginásio de Esportes	1
Refeitório	1
Sala de convivência e jogos	1

### 6.4. Área de atendimento ao discente

	Qtde.
Coordenação de Assistência Estudantil	1
Sala de Atendimento psicológico	1
Sala de Atendimento odontológico	1
Sala de Atendimento médico	
Sala de Enfermagem	1
Sala de Coordenação de Curso	1
Setor de Apoio Pedagógico	1
Setor de Registros Acadêmicos	1
Sala da Coordenação de Ações Inclusivas e Núcleos NAPNE, NEABI e NUGEDIS	1

## 7. Referências

Programa de Consolidação das Licenciaturas Prodocência 2007 – MEC/SESu/DEPEM.

BRASIL, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**, Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP no 1, 18/02/2002**.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 9/2001**, aprovado em 8 de maio de 2001.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CP 28/2001**, homologado em 17/1/2002.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CES 9**, aprovado em 11 de março de 2002

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Decreto nº 2406 de 27 de novembro de 1997**.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Decreto 3462 de 17 de maio 2000**.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002**.



## 8. Anexos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



### RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR Nº 33/2011

**Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, Modalidade Presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus São Borja.**

O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, em Reunião Ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2011, às 9 horas, no Auditório da Reitoria, no uso de suas atribuições e considerando os termos da Ata nº 04/2011,

#### RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma dos anexos a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, Área de Conhecimento Ciências Exatas e da Terra, Modalidade Presencial, com periodicidade de oferta anual, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U. de 24/08/2009.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
Santa Maria, 09 de setembro de 2011.

Carlos Alberto Pinto da Rosa  
PRESIDENTE

#### CONSELHEIROS:

Alexandre Nunes Motta de Souza

Augusto Felipe Strieder

Mariane Rodrigues Volz

Gilceu Antonio Cippolat - *nc*

José Aurélio Saldanha Silveira - *nc*

Lérida Pivoto Pavanelo - *nc*

Luiz Antonio Rocha Barcellos - *nc*

Otacílio Silva da Motta

Luciano da Costa Barzotto

Andressa do Couto Vieira - *nc*

Eva Eunice Melo Rodrigues

José Valdeimar da Silva Gomes

Elvio Rosa dos Santos

Delcimar Gonçalves Borin

Roberto Trevisan

Adriano Arriel Saquet

Cláudio Adalberto Koller - *nc*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



## RESOLUÇÃO Nº 045/2013

Aprovar a Retificação das Resoluções: Res. n° 001/2010, Res. n° 003/2010, Res. n° 005/2010, Res. n° 18/2010, Res. n° 19/2010, Res. n° 20/2010, Res. n° 21/2010, Res. n° 33/2010, Res. n° 34/2010, Res. n° 35/2010, Res. n° 36/2010, Res. n° 37/2010, Res. n° 38/2010, Res. n° 39/2010, Res. n° 40/2010, Res. n° 41/2010, Res. n° 42/2010, Res. n° 43/2010, Res. n° 45/2010, Res. n° 46/2010, Res. n° 47/2010, Res. n° 49/2010, Res. n° 50/2010, Res. n° 51/2010, Res. n° 52/2010, Res. n° 53/2010, Res. n° 54/2010, Res. n° 22/2011, Res. n° 30/2011, Res. n° 31/2011, Res. n° 32/2011, Res. n° 33/2011, Res. n° 34/2011, Res. n° 35/2011, Res. n° 36/2011, Res. n° 37/2011, Res. n° 38/2011, Res. n° 21/2011, Res. n° 25/2011, Res. n° 23/2011, Res. n° 24/2011, Res. n° 29/2011, Res. n° 27/2011, Res. n° 26/2011, Res. n° 28/2011, Res. n° 027/2008 e Res. n° 69/2011 do Conselho Superior do Instituto Federal Farroupilha.

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, no uso de suas atribuições legais, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata n° 06/2013 da 1ª Reunião Especial do Conselho, realizada em 20 de junho de 2013, considerando o disposto no Artigo 9º, Inciso IV do seu Estatuto,

- Considerando a adequação ao disposto no § 3º do Art. 2º da Lei n° 11.892/2008.

RESOLVE,

**Art. 1º** - APROVAR a retificação, nos termos desta Resolução, das Resoluções abaixo citadas:

### I. RESOLUÇÃO Nº 001/2010

Onde se lê:

"Aprovar, *Ad Referendum* nos termos e forma dos anexos a essa resolução, os Projetos dos Cursos: Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agroecologia - Campus Alegrete, Curso Técnico de Nível Médio Integrado em comércio/PROEJA - Campus Júlio de Castilho, Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Vendas/PROEJA - Campus Santa Rosa, Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Vendas/PROEJA - Campus São

1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



Vicente do Sul, Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Vendas – Campus Santa Rosa, Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agroindústria/PROEJA – Campus Santa Rosa; Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Agroindústria – Campus Santa Rosa, Curso Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Campus São Vicente do Sul, Curso de Licenciatura em Biologia – Campus São Vicente do Sul, Curso de Licenciatura em Química – Campus Alegrete, Curso Superior de Zootecnia – Campus Alegrete, Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria – Campus Alegrete, Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos – Campus Alegrete, Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos – Campus Júlio de Castilhos”.

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação dos cursos:** Curso Técnico em Agroecologia Integrado - Câmpus Alegrete, Curso Técnico em comércio Integrado/PROEJA - Câmpus Júlio de Castilho, Curso Técnico em Vendas Integrado/PROEJA - Câmpus Santa Rosa, Curso Técnico em Vendas Integrado/PROEJA - Câmpus São Vicente do Sul, Curso Técnico em Vendas Subsequente - Câmpus Santa Rosa, Curso Técnico em Agroindústria Integrado/PROEJA - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Agroindústria Subsequente - Câmpus Santa Rosa, Curso de Licenciatura em Química - Câmpus Alegrete, Curso Superior de Zootecnia - Câmpus Alegrete, Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos - Câmpus Alegrete, Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos - Câmpus Júlio de Castilhos.

**APROVAR os Projetos Pedagógicos dos Cursos:** Curso Técnico em Agroecologia Integrado - Câmpus Alegrete, Curso Técnico em comércio Integrado/PROEJA - Câmpus Júlio de Castilho, Curso Técnico em Vendas Integrado/PROEJA - Câmpus Santa Rosa, Curso Técnico em Vendas Integrado/PROEJA - Câmpus São Vicente do Sul, Curso Técnico em Vendas Subsequente - Câmpus Santa Rosa, Curso Técnico em Agroindústria Integrado/PROEJA - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Agroindústria Subsequente - Câmpus Santa Rosa, Curso de Licenciatura em Química - Câmpus Alegrete, Curso Superior de Zootecnia - Câmpus Alegrete, Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos - Câmpus Alegrete, Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos - Câmpus Júlio de Castilhos.

**APROVAR a Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos:** Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria - Câmpus Alegrete, Curso de Licenciatura em Biologia - Câmpus São Vicente do Sul, Curso Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Câmpus São Vicente do Sul.

**II. RESOLUÇÃO N° 003/2010**

**Onde se lê:**

“**APROVAR, AD REFERENDUM**, nos termos e a forma dos anexos a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IF FARROUPILHA – Campus Alegrete.”

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Alegrete, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei n° 11.892, de 29/12/2008 –**

2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
**REITORIA**  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 -  
D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Alegrete, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.**

### III. **RESOLUÇÃO Nº 005/2010**

**Onde se lê:**

**"APROVAR, AD REFERENDUM, nos termos e a forma dos anexos a esta Resolução, os Projetos Pedagógicos dos seguintes Cursos:**

- Curso Técnico Subsequente em Hospedagem - Câmpus São Borja;
- Curso Técnico Integrado em Informática - Câmpus São Borja;
- Curso Técnico PROEJA em Manutenção e Suporte em Informática - Câmpus São Borja;
- Curso Técnico Subsequente em Informática - Câmpus São Borja;
- Curso Integrado em Edificações - Câmpus Santa Rosa;
- Curso Técnico Subsequente em Edificações - Câmpus Santa Rosa;
- Curso Técnico Integrado em Móveis - Câmpus Santa Rosa;
- Curso Técnico Subsequente em Móveis - Câmpus Santa Rosa;
- Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente - Câmpus Santa Rosa;
- Curso Superior Bacharelado em Engenharia Agrícola - Câmpus Alegrete;
- Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet - Câmpus Panambi."

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação dos cursos :** Curso Técnico em Hospedagem, Subsequente - Câmpus São Borja; Curso Técnico em Informática, Integrado - Câmpus São Borja; Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática/PROEJA - Câmpus São Borja; Curso Técnico em Informática, Subsequente - Câmpus São Borja; Curso em Edificações, Integrado - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Edificações, Subsequente - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Móveis, Integrado - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Móveis, Subsequente - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Meio Ambiente, Subsequente - Câmpus Santa Rosa; Curso Superior Bacharelado em Engenharia Agrícola - Câmpus Alegrete; Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet - Câmpus Panambi do Instituto Federal Farroupilha, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR os Projetos Pedagógicos dos Cursos:** Técnico em Hospedagem, Subsequente - Câmpus São Borja; Curso Técnico em Informática Integrado - Câmpus São Borja; Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática/PROEJA - Câmpus São Borja; Curso Técnico em Informática, Subsequente - Câmpus São Borja; Curso em Edificações Integrado - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Edificações, Subsequente - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Móveis, Integrado - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Móveis, Subsequente - Câmpus Santa Rosa; Curso Técnico em Meio Ambiente, Subsequente - Câmpus Santa Rosa; Curso Superior Bacharelado em Engenharia Agrícola - Câmpus Alegrete; Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet - Câmpus Panambi do Instituto Federal Farroupilha, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de

3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

#### IV. RESOLUÇÃO Nº 18/2010

Onde se lê:

"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria, Subsequente, modalidade presencial, diurno, com periodicidade semestral, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

Leia-se:

**APROVAR a Criação do Curso** Técnico em Agroindústria, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso** Técnico em Agroindústria, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

#### V. RESOLUÇÃO Nº 19/2010

Onde se lê:

"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, Subsequente, modalidade presencial, diurno/noturno, com periodicidade semestral, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

Leia-se:

**APROVAR a Criação do Curso** Técnico em Edificações, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso** Técnico em Edificações, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

#### VI. RESOLUÇÃO Nº 20/2010

Onde se lê:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Carnobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Secretariado, Subsequente, modalidade presencial, noturno, com periodicidade semestral, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso Técnico em Secretariado, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.**

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Secretariado, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009**

#### VII. **RESOLUÇÃO Nº 21/2010**

**Onde se lê:**

"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio - PROEJA, modalidade presencial, noturno, com periodicidade anual, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso Técnico em Edificações Integrado/PROEJA, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.**

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Integrado/PROEJA, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.**

#### **RESOLUÇÃO Nº 33/2010**

**Onde se lê:**

"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura de Precisão - Modalidade Subsequente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi, oriundo do Protocolo de Intenções entre o IF-Farroupilha e Município de Não-Me-Toque/RS, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 -



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso Técnico em Agricultura de Precisão**, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi oriundo do Protocolo de Intenções entre o IF Farroupilha e Município de Não-Me-Toque/RS, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura de Precisão**, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi oriundo do Protocolo de Intenções entre o IF Farroupilha e Município de Não-Me-Toque/RS, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

#### **IX. RESOLUÇÃO Nº 34/2010**

**Onde se lê:**

"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eventos, Subsequente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso Técnico em Eventos**, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eventos**, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009

#### **X. RESOLUÇÃO Nº 35/2010**

**Onde se lê:**

"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cozinha, Subsequente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

**Leia-se:**

6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



**APROVAR a Criação do Curso Técnico em Cozinha, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.**

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cozinha, Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009**

**XI. RESOLUÇÃO Nº 36/2010**

**Onde se lê:**

“APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eventos, Integrado ao Ensino Médio Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.”

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso Técnico em Eventos, Integrado, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.**

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eventos, Integrado, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.**

**XII. RESOLUÇÃO Nº 37/2010**

**Onde se lê:**

“APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática, Integrado ao Ensino, Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Câmpus Júlio de Castilhos, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.”

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso Técnico em Informática, Integrado, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Júlio de Castilhos, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.**

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática, Integrado, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Júlio de Castilhos, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@ifarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@ifarroupilha.edu.br)



30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

### XIII. RESOLUÇÃO Nº 38/2010

Onde se lê:

“APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química, Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.”

Leia-se:

**APROVAR a Criação do Curso** Técnico em Química, Integrado, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso** Técnico em Química, Integrado, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

### XIV. RESOLUÇÃO Nº 39/2010

Onde se lê:

“APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cozinha, PROEJA, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009”

Leia-se:

**APROVAR a Criação do Curso** Técnico em Cozinha, Integrado/PROEJA, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso** Técnico em Cozinha, Integrado/PROEJA, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

### XV. RESOLUÇÃO Nº 40/2010

Onde se lê:

8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem, PROEJA, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso Técnico em Hospedagem, Integrado/PROEJA**, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem, Integrado/PROEJA**, do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Borja, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

#### XVI. RESOLUÇÃO Nº 41/2010

**Onde se lê:**

"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Santa Rosa, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso de Bacharelado em Administração** do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Santa Rosa, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração** do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Santa Rosa, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009.

#### XVII. RESOLUÇÃO Nº 42/2010

**Onde se lê:**

"APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Alegrete, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U de 24/08/2009."

**Leia-se:**

9  
H SA [assinaturas]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



**APROVAR a Criação do Curso** de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Alegrete, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso** de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Alegrete, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.

#### XVIII. RESOLUÇÃO Nº 43/2010

**Onde se lê:**

“APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Câmpus Alegrete, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.”

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso** de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Alegrete, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso** de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Alegrete, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.

#### XIX. RESOLUÇÃO Nº 45/2010

**Onde se lê:**

“APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Câmpus Santa Rosa, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.”

**Leia-se:**

**APROVAR a Criação do Curso** de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Santa Rosa, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.

**APROVAR o Projeto Pedagógico** do Curso de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Santa Rosa, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 – D.O.U de 24/08/2009.

10



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
**REITORIA**

Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603



INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA  
REITORIA

E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)

---

---

**RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR Nº 074/2013**

**Aprovar a alteração das vagas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física e no Processo Seletivo 2014/1 do Câmpus São Borja do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS.**

O Reitor Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, no uso de suas atribuições legais, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 09/2013 da 5ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 12 de setembro de 2013, considerando o disposto no Artigo 9º, Inciso IV do seu Estatuto, RESOLVE:

**Art. 1º** - Aprovar a alteração das vagas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física e no Processo Seletivo 2014/1 do Câmpus São Borja do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria/RS, 12 de setembro de 2013.

Alberto Pahim Galli  
REITOR SUBSTITUTO  
PORT. Nº 1847/2012

CONSELHEIROS:

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro

Jaubert de Castro Menchik

Mairi Jähn Karnikowski

Rodrigo Elesbão de Almeida

Antônio Cândido Silva da Silva

Liana dos Santos Gomes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
**REITORIA**

Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603



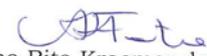
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)

  
Tainan Massotti de Lima

  
Jovani Patias

  
Débora Leticia de Andrade

  
Marcelo Éder Lamb

  
Ana Rita Kraemer da Fontoura





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP N° 036/2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática, do Câmpus São Borja, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições contidas no Artigo 9º, do Estatuto do IF Farroupilha, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 04/2014, da 3ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 11 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o ajuste curricular no Projeto Pedagógico no Curso de Licenciatura em Matemática, do Câmpus São Borja, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, o qual passa a ter as seguintes características, conforme o PPC aprovado:

**Denominação do Curso:** Licenciatura em Matemática

**Grau:** Licenciatura

**Modalidade:** presencial

**Área de conhecimento:** Ciências Exatas e da Terra

**Ato de Criação do curso:** Resolução nº 33/2011 do Conselho Superior, de 09 de setembro de 2011 (retificada pela Resolução nº 45/2013, de 20 de junho de 2013, que aprova a Criação e o Projeto Pedagógico do Curso).

**Quantidade de Vagas:** 30

**Turno de oferta:** noturno

**Regime Letivo:** semestral

**Regime de Matrícula:** por componente curricular

**Carga horária total do curso:** 3376 horas

**Carga horária de estágio:** 400 horas

**Carga horária de PeCC (Prática enquanto Componente Curricular):** 400 horas

**Carga horária de ACC:** 200 horas

**Tempo de duração do Curso:** 4 Anos

**Tempo máximo para Integralização Curricular:** 7 Anos

**Periodicidade de oferta:** anual

**Local de Funcionamento:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Câmpus São Borja - Rua Otaviano Castilho Mendes, nº 355 - Bairro Pirahy - CEP 97670-000 - São Borja - Rio Grande do Sul/RS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA

**Matriz Curricular**

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio
1º semestre	História da Educação Brasileira	36		
	Filosofia da Educação	36		
	Fundamentos de Matemática Elementar I	108		
	Matemática Básica	72		
	Tecnologias da Informação e da Comunicação	36		
	Leitura e Produção Textual	36		
	PECC - Prática de Ensino de Matemática I		50	
		324	50	

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio
2º semestre	Sociologia da Educação	36		
	Psicologia da Educação	72		
	Fundamentos de Matemática Elementar II	108		
	Geometria Analítica	72		
	Metodologia Científica	36		
	PECC - Prática de Ensino de Matemática II		50	
		324	50	

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio
3º semestre	Políticas, Gestão e Organização da Educação	72		
	Álgebra Linear I	36		
	Geometria Plana	72		
	Matemática Discreta	72		
	Cálculo Diferencial e Integral I	72		
	PECC - Prática de Ensino de Matemática III		50	
		324	50	

	Componentes Curriculares	C.H.	PeCC	Estágio
4º semestre	Didática, Currículo e Organização do trabalho pedagógico	72		
	Metodologias do Ensino de Matemática I	36		
	Estatística Básica	72		
	Cálculo Diferencial e Integral II	72		

*Handwritten signatures and initials.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA

Geometria Espacial	72		
PECC - Prática de Ensino de Matemática IV		50	
	324	50	

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio
5º semestre	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	72		
	Metodologias do Ensino de Matemática II	72		
	Fundamentos de Álgebra	72		
	Cálculo Diferencial e Integral III	72		
	Estágio Curricular Supervisionado I			60
	PECC - Prática de Ensino de Matemática V		50	
	288	50	60	

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio
6º semestre	Diversidade e Educação Inclusiva	72		
	Libras I	36		
	Álgebra Linear II	72		
	Cálculo Diferencial e Integral IV	72		
	Estágio Curricular Supervisionado II			140
	PECC - Prática de Ensino de Matemática VI		50	
	252	50	140	

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio
7º semestre	Eletiva Pedagógica	36		
	Equações diferenciais ordinárias	72		
	História e Filosofia da Matemática	72		
	Cálculo Numérico	72		
	Matemática Financeira I	36		
	Estágio Curricular Supervisionado III			60
PECC - Prática de Ensino de Matemática VII		50		
	288	50	60	

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	72		
	Fundamentos de Análise Matemática	72		
	Tópicos de física elementar	72		

Rua Esmeralda, 430 – Faixa Nova – Camobi – CEP 97110-767 – Santa Maria/RS

*Handwritten signatures and initials.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA

Eletiva Específica	36		
Estágio Curricular Supervisionado IV			140
PECC - Prática de Ensino de Matemática VIII	50		
	252	50	140

Atividades Acadêmico-científico Cultural	200
--	-----

Componentes do Currículo	C.H.
Conteúdos Curriculares de Natureza Científico Cultural	2376
Prática como Componente Curricular	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Atividades Acadêmico-Científico Cultural	200
<b>Carga Horária Total do Curso</b>	<b>3376</b>

Legenda	
Disciplinas de Formação Específica	
Disciplinas de Formação Pedagógica	
Disciplinas de Formação Básica	
Prática como Componente Curricular	
Estágio Curricular Supervisionado	

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 11 de setembro de 2014.

Carla Comeriato Jardim  
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:

Ana Rita Kraemer da Fontoura

Bruno Godoi Zucuni

Clélia Cecilia Lovato Brum

Delcímar Borin

Gabriel Adolfo Garcia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA

Ibrahim Mahmud

*Jaubert de Castro Menchik*  
Jaubert de Castro Menchik

*João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro*  
João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro

*Jonathan Simonin Sales da Silva*  
Jonathan Simonin Sales da Silva

*José Valdegar da Silva Gomes*  
José Valdegar da Silva Gomes

Leticia Almeida de Vargas

*Liege C. da Costa*  
Liege Camargo da Costa

*Luciani Missio*  
Luciani Missio

*Maidi J. Karnikowski*  
Maidi Jänni Karnikowski

*Marcelo Eder Lamb*  
Marcelo Eder Lamb

Rodrigo de Siqueira Martins

*Rodrigo Eiesbão de Almeida*  
Rodrigo Eiesbão de Almeida

**PORTARIA Nº 1035 DE 23 de dezembro de 2015.**

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de Agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de Janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA**

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

N.º de ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
35	201414872	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	ESCOLA DE EDUCACAO SUPERIOR SAO JORGE	PRACA NOSSA SENHORA DAS VITORIAS, 92, VILA FORMOSA, SÃO PAULO/SP
36	201413282	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE METROPOLITANA DE ANÁPOLIS	INSTITUTO METROPOLITANO DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - ME	AVENIDA FERNANDO COSTA, 49, VILA JAIARA, ANAPOLIS/GO
37	201414009	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI	RUA PEDRO MARQUES DE MEDEIROS, S/N, PANTANAL, PICOS/PI
38	201414137	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Centro Univeristário Estácio de Brasília - Estácio Brasília	IESST - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SOCIAL E TECNOLOGICO	CSG 09, LOTES 15/16, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
39	201413656	HISTÓRIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. PRESIDENTE VARGAS, 592-914, 642 - LADO PAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ
40	201415816	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	70 (setenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO	AVENIDA JOHN BOYD DUNLOP, S/N, JARDIM IPAUSSURAMA, CAMPINAS/SP
41	201414429	QUÍMICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHAO	AVENIDA GOV. JOÃO ALBERTO, S/N, AREAL, BACABAL/MA
42	201413451	CAFEICULTURA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO-PATROCÍNIO	FUNDAÇÃO COMUNITARIA EDUCACIONAL E CULTURAL PATROCINIO	AVENIDA LÍRIA TEREZINHA LASSI CAPUANO, 466, CHÁCARA DAS ROSAS, PATROCÍNIO/MG
43	201414234	ELETRÔNICA INDUSTRIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA ENIAC-FAPI	EDVAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA FORÇA PÚBLICA, 89, CENTRO, GUARULHOS/SP
44	201414008	JORNALISMO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA	RUA LUIZ MANOEL GONZAGA, 744, TRÊS FIGUEIRAS, PORTO ALEGRE/RS
45	201413247	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A.	RUA DR. ALMEIDA LIMA, 1124 E 1134, CENTRO, BRÁS, SÃO PAULO/SP
46	201415211	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MURIALDO	INSTITUTO LEONARDO MURIALDO	R. MARQUÊS DO HERVAL, 701, PRÉDIO, CENTRO, CAXIAS DO SUL/RS
47	201413814	BIOMEDICINA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE FORTALEZA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA VISCONDE DO RIO BRANCO, 2078, JOAQUIM TÁVORA, FORTALEZA/CE
48	201415827	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO	INSPETORIA SAO JOAO BOSCO	AVENIDA VITÓRIA, 950, FORTE SÃO JOÃO, VITÓRIA/ES
49	201415877	MATEMÁTICA (Licenciatura)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	RUA OTAVIANO MENDES, 355, BETTIN, SÃO BORJA/RS
50	201415098	MECATRÔNICA INDUSTRIAL (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO	RUA PEDRO CAVALO, 709, RESIDENCIAL PORTAL DA PÉROLA II, BIRIGUI/SP

Portaria nº 1035, de 23 de dezembro de 2015

# **REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**

**SÃO BORJA - RS – 2014**

O Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Matemática foi elaborado considerando a Resolução CONSUP nº 13/2014 e a Resolução CNE/CP nº 10/2011, com atualizações baseadas na Resolução CNE/CP nº 02/2015 e na Resolução CONSUP nº 10/2016.

### CAPÍTULO I

#### DA NATUREZA, FINALIDADES E OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

**Art. 01** - O Estágio Curricular é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 11.788/08.

**Art. 02** - Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado previsto para o Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Borja.

**Art. 03** - A realização do estágio curricular supervisionado tem como objetivos:

- I – Situar o aluno-estagiário na sua função de docente, preparando-o para quando efetivamente o mesmo assumir a posição em sala de aula;
- II – Permitir ao aluno estagiário o conhecimento do funcionamento do ambiente escolar, seja do ponto de vista administrativo (funcionamento da secretaria, da biblioteca, do sistema de compra de materiais e suprimentos) ou do ponto de vista pedagógico (salas de aula e turmas de alunos, reuniões de pais e de professores, atividades docentes, projeto pedagógico escolar, rotinas e hábitos relacionados ao trabalho docente).
- III – Facilitar o ingresso do aluno-estagiário

como professor, através dos incisos acima citados;

IV – Possibilitar a criação de projetos educacionais voltados para o ensino;

V – Proporcionar ao aluno-estagiário um contato inicial com turmas de Ensino Fundamental e Médio.

### CAPÍTULO II

#### DO CONTATO DO ESTAGIÁRIO COM AS INSTITUIÇÕES CAMPO DE ESTÁGIO

**Art. 04** – O Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado em duas etapas distintas:

I – A primeira etapa, voltada exclusivamente para o Ensino Fundamental.

II – A segunda etapa, voltada exclusivamente para o Ensino Médio.

**§ 1º** - A viabilização do estágio será de responsabilidade do Departamento de Extensão do Instituto Federal Farroupilha e da Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática.

**§ 2º** – Os estagiários devem realizar contato com as instituições de ensino, mediante apresentação do Formulário para apresentação de Estagiário constante do anexo I deste documento, o qual deve ser fornecido pelo Professor Orientador.

**§ 3º** - Formulários institucionais exigidos pelo Instituto Federal Farroupilha, conforme o campus

### CAPÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO, CARGA HORÁRIA E PERÍODO DE REALIZAÇÃO

**Art. 05** – O Estágio Curricular Supervisionado acontecerá a partir do quinto semestre do curso de Licenciatura em Matemática, cuja matriz curricular possui quatro etapas, a saber: Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II; Estágio Curricular Supervisionado III; Estágio Curricular Supervisionado IV.

I – A primeira etapa (Estágio Curricular Supervisionado I), oferecido no quinto semestre do curso,

tem como finalidade a observação do ambiente e da organização escolar pelo aluno-estagiário, bem como o estudo dos conhecimentos voltados para o ensino de Matemática do ensino fundamental séries finais.

II – A segunda etapa (Estágio Curricular Supervisionado II), oferecido no sexto semestre do curso, tem como finalidade o exercício efetivo da docência do aluno-estagiário em sala de aula, atuando em turmas do ensino fundamental séries finais, na disciplina de Matemática.

III – A terceira etapa (Estágio Curricular Supervisionado III), oferecido no sétimo semestre do curso, tem como finalidade a observação do ambiente e da organização escolar pelo aluno-estagiário, bem como o estudo dos conhecimentos voltados para o ensino de Matemática na modalidade Ensino Médio.

IV – A quarta e última etapa (Estágio Curricular Supervisionado IV), oferecido no oitavo semestre do curso, tem como finalidade o exercício efetivo da docência do aluno-estagiário em sala de aula na disciplina de Matemática, atuando em turmas de Ensino Médio.

**Parágrafo Único:** É vedada a realização do Estágio Curricular Supervisionado antes do período previsto por este regulamento, devendo ser obedecida a ordem de oferecimento das etapas citados conforme o decorrer do curso.

**Art. 06** – A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado é de 400 horas, as quais serão assim divididas:

I – 60 (Sessenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado I;

§ 1º Das 60 (sessenta) horas mencionadas, 36 (trinta e seis) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, e 24 (vinte e quatro) horas serão designadas para o reconhecimento do ambiente escolar e da prática

pedagógica no Ensino Fundamental, junto às escolas campo do estágio.

§ 2º Das 24 (vinte e quatro) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar, 16 (dezesesseis) horas deverão ser de efetivo reconhecimento do espaço escolar escolhido pelo aluno-estagiário e, 8 (oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório de estágio I.

§ 3º Das 36 (trinta e seis) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, 22 (vinte e duas) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do professor supervisor; 5 (cinco) horas com o acompanhamento do professor orientador; 5 (cinco) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 4 (quatro) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

II – 140 (cento e quarenta) horas para Estágio Curricular Supervisionado II;

§ 1º Das 140 (cento e quarenta) horas mencionadas, 82 (oitenta e dois) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, e 58 (cinquenta e oito) horas serão designadas para efetivo trabalho discente junto às escolas e para a elaboração do relatório de estágio II.

§ 2º Das 58 (cinquenta e oito) horas designadas ao trabalho discente no ambiente escolar, 30 (trinta) horas deverão ser de efetivo trabalho discente na escola escolhida pelo aluno-estagiário e, 28 (vinte e oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório de estágio II.

§ 3º Das 82 (oitenta e dois) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, 40 (quarenta) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do professor supervisor; 15 (dez) horas com o acompanhamento do profes-

sor orientador; 15 (dez) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 12 (doze) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

III – 60 (sessenta) horas para Estágio Curricular Supervisionado III;

§ 1º Das 60 (sessenta) horas mencionadas, 36 (trinta e seis) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, e 24 (vinte e quatro) horas serão designadas para o reconhecimento do ambiente escolar no Ensino Médio, junto às escolas campo do estágio.

§ 2º Das 24 (vinte e quatro) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar no Ensino Médio, 16 (dezesesseis) horas deverão ser de efetivo reconhecimento do espaço escolar escolhido pelo aluno-estagiário e, 8 (oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório de estágio III.

§ 3º Das 36 (trinta e seis) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, 22 (vinte e duas) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do professor supervisor; 5 (cinco) horas com o acompanhamento do professor orientador; 5 (cinco) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 4 (quatro) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

IV – 140 (Cento e Quarenta) horas para Estágio Curricular Supervisionado IV.

§ 1º Das 140 (cento e quarenta) horas mencionadas, 82 (oitenta e duas) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, e 58 (cinquenta e oito) horas serão designadas para desenvolver o trabalho discente no Ensino Médio e para a elaboração do relatório final de estágio IV.

§ 2º Das 58 (cinquenta e oito) horas designadas ao trabalho discente na escola, 30 (trinta) horas deverão ser de efetivo trabalho discente na escola escolhida pelo aluno-estagiário e, 28 (vinte e oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório de estágio IV.

§ 3º Das 82 (oitenta e dois) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, 40 (quarenta) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do professor supervisor; 15 (dez) horas com o acompanhamento do professor orientador; 15 (dez) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 12 (doze) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

**Art. 07** – No final de cada etapa, o aluno deverá apresentar um relatório escrito e oral referente às atividades desenvolvidas durante o semestre. A entrega do relatório será feita ao professor supervisor do estágio em data estipulada com a anuência dos orientadores e acadêmicos. A apresentação será feita para uma banca de professores formada pelo professor Supervisor (responsável pela disciplina de Estágio), professor Orientador (responsável pela orientação do aluno no decorrer do Estágio), o coordenador do curso de Licenciatura em Matemática e um professor Convidado cuja escolha fica a critério do aluno-estagiário e do professor Orientador.

**Art. 08** – São Pré-requisitos para realização de Estágio Curricular Supervisionado as seguintes disciplinas:

I – Para o Estágio Curricular Supervisionado I, as disciplinas de;

- ✓ Metodologias do Ensino de Matemática I;
- ✓ Didática;
- ✓ Currículo e Organização do trabalho pedagógico;
- ✓ Matemática Básica;
- ✓ Geometria Plana.

II – Para o Estágio Curricular Supervisionado II, as disciplinas de:

- ✓ Metodologias do Ensino de Matemática II;
- ✓ Estágio Curricular Supervisionado I

III – Para o Estágio Curricular Supervisionado III, as disciplinas de:

- ✓ Estágio Curricular Supervisionado II
- ✓ Fundamentos de Matemática Elementar I;
- ✓ Fundamentos de Matemática Elementar II;
- ✓ Geometria Espacial;
- ✓ Geometria Analítica;
- ✓ Matemática Discreta;
- ✓ Estatística Básica;
- ✓ Álgebra Linear I.

IV – Para o Estágio Curricular Supervisionado IV, as disciplinas de:

- ✓ Estágio Curricular Supervisionado III;

**Art. 09** – A possibilidade de quebra de pré-requisito é vetada para qualquer etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

**Art. 10** – Em atendimento à Resolução CNE/CP nº02/2015, não há nenhuma possibilidade de aproveitamento e/ou redução de carga horária de Estágio Curricular Supervisionado neste curso de formação inicial de professores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO ALUNO-ESTAGIÁRIO

**Art. 11** – O aluno-estagiário irá desempenhar diferentes atividades ao longo do seu Estágio Curricular Supervisionado dividido conforme as etapas previstas no Art. 5 deste texto, e com objetivos definidos nos incisos e parágrafos enaltecidos no mesmo artigo.

**Art. 12** – O aluno-estagiário é responsável por contatar um professor orientador e apresentar um plano de estágio antes de efetivamente começar suas atividades junto à escola.

**Art. 13** – O aluno-estagiário deve ter 75% (setenta por cento) de frequência em cada etapa, sendo obrigatoriamente 100% (cem por cento) no que se refere ao reconhecimento do ambiente escolar e ao trabalho efetivo como docente em sala de aula.

#### CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

**Art. 14** - Compete aos estudantes no que se refere ao Estágio Curricular Supervisionado:

I – Receber no máximo 40 (quarenta) horas de apoio pedagógico do professor supervisor, responsável pelas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado descritas no Art. 6.

II – Exercer a docência, em sala de aula, por no máximo 30 (trinta) horas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II e no máximo 30 (trinta) horas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado IV.

III – Organizar o material didático - pedagógico a ser utilizado no exercício da docência durante as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado II e de Estágio Curricular Supervisionado IV.

IV – Apresentar relatórios semanais de suas atividades ao professor Orientador do estágio.

V – Apresentar o nome do Professor Orientador e o Plano de Estágio a ser desenvolvido em cada estágio, para a coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática e para o professor supervisor, no início de cada etapa descrito no Art. 5 deste documento, com no máximo duas semanas pós o início das aulas conforme calendário institucional.

**§ 1º** O professor orientador preferencialmente deve que ser o mesmo para as etapas I e II e para

as etapas III e IV, podendo ser alterado da etapa II para a etapa III.

VI – Respeitar as regras de comportamento estabelecidas pelo local de ensino onde estará realizando seu Estágio Curricular, preservando a integridade e a ética com os colegas tanto em sala de aula quanto nas dependências escolares.

**§ 1º** Durante as observações em sala de aula, o aluno só poderá interferir no andamento da aula quando for convocado pelo professor regente de classe.

VII – Ao final de cada etapa, imprimir e entregar exatamente o número de cópias do relatório de estágio para a banca examinadora.

VIII – Desenvolver todas as atividades previstas no Art. 5, junto de seus incisos e parágrafos.

**Art. 15** - São atribuições do Professor Orientador:

I – Organizar o Plano de Estágio do seu aluno-estagiário.

II – Encaminhar o Plano de Estágio ao professor supervisor de cada etapa.

**§ 1º** Cada plano de estágio deverá conter o que o aluno irá desenvolver durante a etapa que está cursando. Nele, serão dadas as atribuições como: observação da turma; observação da escola; preparação de listas de exercícios; atendimento especial para alunos com deficiência e/ou dificuldades;

**§ 2º** O plano de estágio é único e exclusivo para cada aluno, não podendo haver cópias idênticas dentro de uma mesma turma.

III – Realizar e registrar reuniões semanais com o aluno-estagiário.

IV – Verificar mensalmente o controle e a assiduidade do aluno-estagiário e dos relatórios por ele apresentado ao seu professor orientador

V – Pelo menos uma vez a cada semestre (uma vez para cada etapa) participar das atividades que o aluno-estagiário realiza na escola.

VI – Participar como membro da banca examinadora do relatório de estágio apresentado pelo seu aluno-estagiário ao final de cada etapa.

**Art. 16** - São atribuições do Coordenador do Curso em relação ao Estágio Curricular Supervisionado:

I – Contatar e divulgar aos alunos-estagiários as escolas campo para realização do Estágio Curricular Supervisionado.

II – Encaminhar os alunos-estagiários para as escolas campo nas quais pretendem realizar os Estágios Curriculares Supervisionados.

III – Divulgar em sala de aula o regulamento dos Estágios Supervisionados.

IV – Participar como membro da banca examinadora do relatório de estágio em todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado.

V – Ser responsável por eventuais problemas que por ventura possam acontecer com o aluno-estagiário durante a realização do seu Estágio Curricular Supervisionado, buscando soluções para os mesmos e, relatando-os para a Direção de Ensino, caso seja necessário.

**Art. 17** - São atribuições do Professor Supervisor em relação ao Estágio Curricular Supervisionado:

I – Apresentar a etapa de Estágio para o aluno-estagiário, desenvolvendo o plano de ensino por ele admitido.

II – Receber o plano de estágio do aluno-estagiário.

III – Desenvolver em sala de aula conteúdos que propiciem ao aluno-estagiário suporte para a construção de seu Estágio Curricular, através de

textos, discussões em grupos, vídeos de apoio, entre outros.

IV – Fazer o registro no caderno de chamada da assiduidade de cada aluno-estagiário.

V – Organizar as bancas e enviar os relatórios de estágio para todos os membros da banca de avaliação do Estágio Curricular.

VI – Ser o presidente da banca de avaliação do Estágio Curricular em cada etapa.

**Art. 18** – Os orientadores de estágio devem ser graduados em Licenciatura em Matemática e ter, preferencialmente, a formação como mestre em área relativa ou afim ao curso.

#### CAPÍTULO VI

##### DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS POR ORIENTADOR

**Art. 19** – Cada orientador poderá ter no máximo 5 (cinco) alunos-estagiários orientados.

Parágrafo único - Caso haja um número de alunos superior ao número previsto no caput deste artigo, a divisão será equitativa entre os docentes.

**Art. 20** – O orientador será escolhido pelo aluno-estagiário.

**Art. 21** – Cabe ao orientador escolhido a decisão de orientar ou não o aluno-estagiário, respeitando o número máximo previsto no Art. 19 deste texto.

#### CAPÍTULO VII

##### DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**Art. 22** - O Relatório do Estágio Curricular Supervisionado é o documento que sistematiza as atividades desenvolvidas durante cada etapa desenvolvida.

**§ 1º** - O relatório que trata o caput deste artigo deve ser organizado observando o Roteiro para elaboração do relatório de estágio constante do

anexo III deste regulamento e as orientações do Professor Orientador do estágio.

**§ 2º** – Ao final de cada um das quatro Etapas ou Estágios do curso o aluno-estagiário deverá entregar o relatório de estágio ao Professor Supervisor, no prazo estabelecido por este, o qual deverá registrar o recebimento na presença do estudante.

#### CAPÍTULO VIII

##### DO PROCESSO AVALIATIVO

**Art. 23** – A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá de forma somativa, organizada a partir de três critérios principais:

I – Avaliação das atividades realizadas pelo aluno-estagiário, feita pelo professor supervisor, através de instrumentos utilizados pelo professor em sala de aula. Esta avaliação constitui 30% (trinta por cento) da nota final do aluno.

II – Avaliação do relatório produzido e da apresentação realizada ao final do estágio. Esta nota será dada pela banca examinadora e constitui 40% (quarenta por cento) da nota final do aluno.

III – Avaliação qualitativa, definida por critérios estabelecidos pelo professor supervisor e pelo professor orientador. Esta nota constitui 30% (trinta por cento) da nota final do aluno, sendo distribuídas 15% (quinze por cento) para o professor supervisor e 15% (quinze por cento) para o professor orientador.

**§ 1º** A apresentação do relatório de estágio será feita em data previamente divulgada pelo coordenador do curso de Licenciatura em Matemática, preferencialmente no final de cada semestre e divulgada em local público de acesso a todos os alunos-estagiários.

**§ 2º** O aluno que não cumprir 100% (cem por cento) das atividades previstas no Art. 14 não poderá apresentar relatório de estágio perante banca examinadora, sendo automaticamente considerado reprovado na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 24** – É de exclusiva responsabilidade do aluno-estagiário cumprir as atividades assinaladas no caput deste documento, bem como ser aprovado nas disciplinas pré-requisito de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

**Art. 25** – A matrícula em Estágio Curricular Supervisionado implica no reconhecimento e na aceitação por parte do aluno-estagiário das obrigações previstas neste regulamento.

**Art. 26** – É compromisso do coordenador do curso de Licenciatura em Matemática, fazer cumprir as normas e datas estabelecidas para a organização do Estágio Curricular Supervisionado em todas as etapas.

**Art. 27** – Em nenhum momento, o relatório final de estágio poderá ser utilizado como Trabalho de Conclusão de Curso.

**§ 1º** O tema escolhido para realização do estágio pelo aluno-estagiário pode ser o mesmo de seu Trabalho de Conclusão de Curso, porém o conteúdo do texto elaborado não pode ser o mesmo.

**§ 2º** As normas para o Trabalho de Conclusão de Curso estão previstas no Plano Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática.

**Art. 28** – Toda a documentação referente ao Estágio Curricular Supervisionado deverá ser mantida em posse da coordenação do curso de Licenciatura em Matemática.

**Art. 29** – Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso Licenciatura em Matemática desta Instituição.

São Borja / RS, 31 de Janeiro de 2017.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO (para anexar nos arquivos do estagiário)

Nome: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Semestre: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

#### Prezado(a) Diretor(a)!

Eu \_\_\_\_\_, estudante do Curso de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal Farroupilha, matrícula nº \_\_\_\_\_, venho por meio deste solicitar a Vossa autorização para a realização do Estágio

\_\_\_\_\_

nesta instituição.

São Borja, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Estudante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor(a) Orientador(a) de Estágio

Espaço para considerações da Direção da Instituição pretendida para estágio:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo do Diretor da Instituição

**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO (para deixar na instituição de estágio)**

Nome: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Semestre: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

**Prezado(a) Diretor(a)!**

Eu \_\_\_\_\_, estudante do Curso Licenciatura em Física, do Instituto Federal Farroupilha, matrícula nº \_\_\_\_\_, venho por meio deste solicitar a Vossa autorização para a realização do Estágio Curricular Supervisionado I nesta instituição.

São Borja, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Estudante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor(a) Orientador(a) de Estágio



## ANEXO III – ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

Quanto aos aspectos de formatação, o Relatório deve conter:

Capa com os dados da instituição que oferta o curso  
Nome do curso  
Título do Estágio e semestre do curso que pertence o estágio  
Nome do Estagiário  
Nome do Orientador de Estágio  
Cidade, mês e ano

Sumário

Para formatação do texto, utilizar fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5. Consultar a ABNT quanto à formatação das citações, referências, tabelas, quadros, entre outros. Começar a numeração a partir da primeira folha da introdução, considerando as páginas anteriores para a contagem.

Quanto aos componentes do relatório:

**Introdução:** apresentar o conteúdo do relatório, devendo identificar o local onde foi realizado o estágio e o objetivo do estágio. Para identificar o local de realização de estágio, apresentar sucintamente o histórico da instituição, as características dessa instituição, localização, níveis de ensino e modalidades ofertadas, número de alunos, turmas e profissionais envolvidos, quando se tratar de instituição de ensino. Orienta-se que o relatório de estágio seja escrito na primeira pessoa do singular.

**Desenvolvimento:**

Relatar o que foi planejado para o estágio, por que e como se deu o desenvolvimento deste planejamento. Refletir sobre o desenvolvimento das atividades de estágio e fundamentar teoricamente.

O desenvolvimento poderá apresentar subtítulos a fim de melhor apresentar as atividades desenvolvidas.

**Conclusão:**

Apresentar as contribuições da realização do estágio para sua formação, os desafios encontrados e as estratégias para a superação.

**Referências:**

Listar as referências utilizadas na escrita do relatório.